

STÉPHANE RODRIGUES DIAS

A LINGUÍSTICA NA CULTURA DIGITAL: UMA REFLEXÃO NAS INTERFACES

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D5411 Dias, Stéphane Rodrigues

A linguística na cultura digital : uma reflexão nas interfaces /
Stéphane Rodrigues Dias. – Porto Alegre, 2012.

85 f.

Diss. (Mestrado) – Fac. de Letras, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa.

1. Linguística. 2. Metateoria das Interfaces. 3. Diálogo.
4. Inferência. 5. Cultura Digital. I. Costa, Jorge Campos da.
II. Título.

CDD 410

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

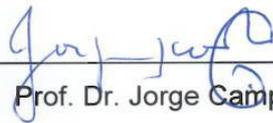
STÉPHANE RODRIGUES DIAS

**A LINGUÍSTICA NA CULTURA DIGITAL: UMA REFLEXÃO
NAS INTERFACES**

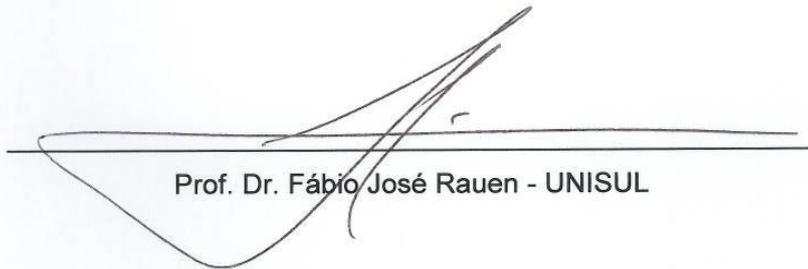
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 4 de janeiro de 2012

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS



Prof. Dr. Fábio José Rauen - UNISUL



Profa. Dr. Jane Rita Caetano da Silveira - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, que me possibilitou dar passos integralmente acadêmicos e nas interfaces.

À PUCRS, pela qualidade ofertada e querida.

Ao Professor Jorge Campos, por construir pensamentos como Escher construiu mundos, sendo um orientador de trajetões, não somente de trabalhos.

À Professora Maria Tasca, por ter proporcionado importantes aprendizados.

À Professora Ana Ibaños, por apontar mundos linguisticamente relevantes, com um humor característico.

À Professora Jane Rita Caetano da Silveira, pela energia intelectual que me motivou desde que ingressei nesta Universidade e pelos comentários em relação a este trabalho.

À Professora Marisa Smith, pela participação especial em minha trajetória acadêmica.

Ao Professor Fábio Rauen, pela leitura atenta e pelos questionamentos.

Aos meus pais, sempre, pelo carinho e apoio incomensuráveis.

Ao meu irmão, pelos ensinamentos e pelo companheirismo de toda a vida.

À vó, ao tio Paulo e à Valéria, pela atenção especial.

Ao Jefferson, pela meta-amizade.

Ao Marlon, pela amizade.

À Daisy, à Claudinha e à Luiza, pelos caminhos trilhados em parceria.

Aos mestres,

professores,

colegas

e funcionários desta Casa,

pois, sem eles, simplesmente não seria assim.

“Ao entrar no grande templo, Confúcio inquiriu sobre cada detalhe.
Alguém disse,
‘Quem disse que este jovem de Tsou conhece os ritos? Ao entrar no grande templo inquiriu
sobre cada detalhe.’
Ao escutar isto, Confúcio disse,
‘Está de acordo com os ritos.’”
(Analectos)

“Noticing change is the key.”
(Federman)

RESUMO

Em termos teóricos, investigam-se os processos inferenciais dialógicos, em contextos naturais e virtual-interativos, como forma complexa de comunicação. No plano metateórico, investiga-se e ilustra-se a proposta da Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007a), enquanto aparato organizacional de pesquisas interdisciplinares, uma vez que o nosso objeto teórico é tomado como fenômeno de natureza lógico-linguístico-cognitiva. O presente trabalho caracteriza-se, assim, como um conjunto de reflexões no campo da teoria inferencial da significação, considerando-se impactos da Cultura Digital.

Palavras-chave: Metateoria das Interfaces. Diálogo. Inferência. Cultura Digital.

ABSTRACT

On the theoretical level, the study investigates the dialogical inferential processes, in natural and virtual-interactive contexts, as a complex form of communication. On the metatheoretical level, the work investigates and illustrates the approach proposed by the Metatheory of Interfaces (COSTA, 2007a), while an organizational apparatus to deal with interdisciplinary research, since the theoretical object is characterized as a phenomenon in which elements of logic-linguistic and cognitive nature interact. The research is then characterized as a reflection in the field of the inferential theory of meaning, taking in consideration impacts of Digital Culture.

Keywords: Metatheory of Interfaces. Dialogue. Inference. Digital Culture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O OBJETO CONSTRUÍDO NAS INTERFACES	13
2.1 DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	13
2.2 DAS INTERFACES EXTERNAS	17
2.2.1 Da Interface Formal	22
2.2.2 Da Interface Cognitiva	32
2.2.3 Da Interface Comunicativo-Social	41
2.3 DAS INTERFACES INTERNAS	45
3 DA NATUREZA DA INSTÂNCIA DIALÓGICA	53
3.1 POR UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA.....	53
3.2 DO DIÁLOGO NATURAL	55
3.3 DA ERA DIGITAL: O VIRTUÁLOGO	61
4 CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O fazer teórico contemporâneo está notadamente sob a influência do que se conceitua por *cultura digital*¹ (GERE, 2002), compreendendo-se as formas de interação e organização das expressões culturais geradas pela *digitalização*, no contexto das novas tecnologias; ou, ainda, por *cibercultura* (LÉVY, 1999), em uma leitura das relações sociais calcadas nos processos de compartilhamento e interatividade, possibilitados, sobretudo, pelas novas formas de comunicação, em uma convergência tecnológica global.

A era da informação e da Web² passa a ser mais bem descrita como a era da conexão, da mobilidade e da instantaneidade. Nesse universo conectado, a linguagem é impactada e redimensionada em sua perspectiva comunicativa. Não por acaso, enquanto objeto de investigação central, a linguagem caracteriza-se cada vez mais como objeto de pesquisa complexo e, por consequência, interdisciplinar, haja vista o número de disciplinas e áreas criadas para contribuir com o seu tratamento no contexto da Web.

Ainda que a teoria linguística tenha se adaptado ao tratamento da linguagem na relação com outras novas mídias como o celular, o impacto da Web sobre modelos teóricos já estabelecidos, acrescidos de outros a partir dela originados, é notadamente superior, sobretudo pelo número de elementos envolvidos em sua investigação. A complexidade teórica, nesse sentido, é vista na relação entre diferentes representações de fenômenos, fruto da perspectiva holística sobre objetos heterogêneos.

A interpretação metateórica defendida neste trabalho é assim representada pela proposta da Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007a; COSTA e FELTES, 2010), contextualizada dentro da corrente perspectivista de Filosofia da Ciência (GIERE, 2006). Como consequência, a complexidade dos objetos não é assumida como decorrente dos fenômenos ou do amadurecimento das ciências, enquanto elementos separados, sendo compreendida justamente na adaptação dos modelos a um conseqüente movimento de pesquisa interdisciplinar. Nesse sentido, este trabalho representa uma ilustração de organização aproximativa entre áreas distintas, porém mapeáveis, na relação entre Linguagem, Comunicação e Cognição. Os modelos dos fenômenos linguísticos em pauta, desse modo, já são modelos que tratam de aspectos comunicativos e cognitivos, além de aspectos lógicos. Em decorrência dessa perspectiva, ao fazermos referência a ‘fenômenos’, ao

¹ Ao longo do texto, o itálico será utilizado em caráter metalinguístico para (a) fazer referência a conceitos, (b) destacar elementos textuais e (c) fazer menção a enunciados e proposições.

² Usa-se a letra maiúscula para fazer referência ao sistema de comunicação genérico.

longo do texto, nos referimos à interpretação de fenômenos, na relação com modelos teóricos e com o conhecimento do senso comum.

A defesa de tal posicionamento é mais claramente justificada pela valorização do diálogo interdisciplinar na pesquisa acadêmica, tendo em vista o impacto que gera em termos de contrapartida teórica e de compreensão, se comparado à pesquisa típica, disciplinar. Enquanto nesta buscamos delimitar cada vez mais o nosso objeto de investigação, visando à precisão metodológica e ao aprofundamento acerca de um aspecto teórico; naquela, procuramos a compreensão dos fenômenos por múltiplas perspectivas. Nesse intento, haveria um ganho explanatório em relação a temas que envolvem propriedades relacionadas a diferentes campos de investigação, com repercussão para todas as áreas envolvidas. Para que se aumente a compreensão do objeto investigado, porém, é requerida uma metodologia interdisciplinar compatível, sob pena de que a pesquisa não possibilite condições de mapeamento entre os diferentes aspectos sob análise, gerando o que Poeppel (2004) denomina de *cross-sterilization*, em uma clara metáfora da improdutividade no terreno dos fundamentos dos diferentes modelos.

De acordo com o acima exposto, a presente pesquisa, desenvolvida dentro do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural, sustenta a necessidade de reflexão sobre as bases dos estudos linguísticos. Compondo o quadro, encontra-se uma nova perspectiva sobre as relações mediadas pela linguagem, através das possibilidades oferecidas pela *cultura digital*. Observa-se tal impacto mais nitidamente delineado nos estudos em Comunicação:

Temos agora, neste começo de século XXI, um sistema infocomunicacional mais complexo, onde convivem formatos massivos e pós-massivos. Emerge aqui uma nova esfera conversacional em primeiro grau, diferente do sistema conversacional de segundo grau característico dos *mass media*. Neste, a conversação se dá após o consumo em um rarefeito espaço público. Naquele, a conversação se dá no seio mesmo da produção e das trocas informativas, entre atores individuais ou coletivos. Esta é a nova esfera conversacional pós-massiva. (LEMOS, 2009, p. 2)

A linguagem, no centro dessas relações, também é redimensionada enquanto objeto de investigação:

Em Hesíodo e Homero, a poesia não distingue palavras e coisas. Em Platão e Aristóteles, começa a tradição de questionamento sobre que nexos há entre o que se diz e o que há, entre o que é verdadeiro e o que é falacioso. Em Saussure, Chomsky e Montague, a questão sobre a linguagem passa a ser sua relação com comunidades, cérebros e máquinas. E agora? e no futuro? o que será relevante em termos de ciências da linguagem? a hipótese abduativa, de melhor explicação, pode ser a do discurso multidimensional, a do discurso digital, mas, certamente, a reconstrução do roteiro clássico sobre as relações entre sintaxe, semântica e pragmática, ou forma,

conteúdo e ato, no encontro de mundos possíveis (KRIPKE, 1970) e atos de fala (SEARLE, 1969) na expansão entrelaçada da realidade virtual, onde a linguagem da ficção e a da ciência estão cada vez mais próximas (SAGAN, 1980). (COSTA, 2007, p. 375).

Nesse contexto, este trabalho explora a visão de que as interações em rede via máquinas passam a caracterizar um novo tipo de diálogo, o diálogo virtual-interativo ou Virtuólogo (COSTA, informação verbal³, no prelo⁴; COSTA e DIAS, 2011), valorizando-se a perspectiva de que a linguagem e sua manipulação são impactadas pelo meio em que aparecem.

McLuhan (1964), assim, apresenta sua contribuição com a tão explorada noção ‘o meio é a mensagem’, em que observa os efeitos da natureza das mídias, na perspectiva das alterações sociais que elas engendram pelo seu caráter e configuração, aqui em uma leitura mais específica de que os meios de comunicação interferem significativamente na dinâmica das relações comunicativas e interpretativas, como resultado da própria forma de o meio operar. A interferência de um meio é vista pelo autor como relativa aos efeitos da natureza do meio sobre o seu conteúdo, em que este já representa outros meios, como é o caso do telefone celular, por exemplo, cujo conteúdo é, mais basicamente, a escrita e a fala, para além de uma série de outros meios embutidos; mais recentemente, quando pensamos nesses outros meios como conteúdo do telefone móvel, temos a clara sensação de que não se trata mais de um telefone. Consequentemente, interagir nas redes sociais através de um aparelho celular já é uma outra forma de interação, que traz consigo uma série de exigências e particularidades comportamentais – dentre elas, linguísticas.

Os efeitos dos meios podem ser observados, assim, no comportamento linguístico dos usuários, na forma de produção e interpretação das mensagens e na expressão linguística destas. Nessa perspectiva, Costa (no prelo) observa a interferência dos meios, e mais especificamente dos recursos virtual-interativos, sobre o processamento inferencial, e Costa e Dias (2011) abordam o Virtuólogo por um viés inferencialista, tendo em vista a direção informalista das relações virtual-interativas.

Ao trabalharmos com o processo inferencial segundo esta abordagem, buscamos contemplar os construtos teóricos reconhecidos dentro da área pesquisada, como a proposta da Teoria da Relevância (SPERBER; WISLON, 1986, 1995, 2005), aqui representada também

³ Conceito apresentado em discussão pessoal no âmbito do *Projeto de Pesquisa Platão 2.0 - Diálogos: da cultura clássica à cultura digital* e na disciplina *Semântica e Interfaces* ministrada no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, em 2010/01.

⁴ Livro a ser publicado sobre o Celsul, Tubarão: 2012.

em Yus (2008, 2011), que contribui com uma avaliação de pressupostos da teoria no contexto comunicativo da Internet.

A utilização do arsenal teórico, no entanto, é regulada pela caracterização do objeto em foco, de modo que ferramentas teóricas de mais de uma teoria podem ser necessárias para esclarecer o fenômeno delineado. Como consequência, este trabalho está calcado na compreensão de que a aproximação de diversas áreas acadêmicas gera a necessidade de uma metodologia compatível para conduzir as investigações. Assim, em uma rota de pesquisa teórico-argumentativa, o presente estudo analisa dois objetos, a saber: um objeto teórico e um objeto metateórico.

Quanto ao *objeto teórico*, buscamos caracterizar a complexidade de fenômenos de significação dialógica no que se refere a processos inferenciais multiformes atuantes em contexto de diálogos naturais e virtual-interativos, aqui ilustrados prototipicamente.

Para a caracterização do objeto teórico, porém, assumimos e avaliamos o *objeto metateórico*, enquanto um conjunto de pressupostos sobre propriedades de um trabalho interdisciplinar, sob o rótulo de Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007a), avaliada em sua contribuição metodológica para pesquisas nessa direção.

Nesse sentido, delineamos relações interteóricas, objetivando observar o objeto teórico por perspectivas relativas às três grandes áreas: cognitivas, computacionais⁵ e comunicativas. De fato, os pressupostos assumidos exploram abordagens dialógicas inferencialistas. Para criar o mapeamento entre os modelos, são construídas as interfaces internas, em uma relação entre os pressupostos via Semântica e Pragmática, mais especificamente.

Em tais condições, a investigação é orientada pelos seguintes questionamentos:

- a) ‘O que caracteriza a complexidade da instância dialógica?’;
- b) ‘Que processos inferenciais podem ser relevantes para uma abordagem dialógica via teorias semântico-pragmáticas inferencialistas?’;
- c) ‘Como organizar uma descrição-explicação do processo inferencial relevante às áreas mapeadas?’.

⁵ Entende-se *computacional* em um sentido amplo e em um sentido estrito: no sentido mais geral, refere-se ao tratamento computacional enquanto instrumento de formalização de modelos, isto é, enquanto representação computacional; em sentido estrito, refere-se à interface com a Web na perspectiva comunicativa - a que se está assumindo. Em uma leitura da primeira relação, é válido observar a importância das áreas formais do ponto de vista metodológico interdisciplinar. Assim, ressalta-se, com Costa (2007a), a importância da interface computacional como área de intersecção com qualquer modelo teórico. Para Poeppel e Embick (2005), a noção de computação, relacionada a abstrações operacionais observadas no cérebro humano, possibilita mapeamentos representacionais entre fundamentos e métodos da Linguística e da Neurociência, integrando o nível teórico e o experimental.

Para abordar tais questões, construíram-se hipóteses de trabalho consistentes com a estrutura teórico-metodológica deste projeto:

a) O diálogo pode ser caracterizado interdisciplinarmente como uma estrutura de natureza complexa, enquanto unidade interativa básica que integra um grande número de propriedades de natureza diversa;

b) Os processos inferenciais multiformes (COSTA, 2008[1984], 2009a, no prelo) são processos relevantes para análises inferencialistas de cunho interdisciplinar, pois são abordados em termos lógico-cognitivo-comunicativos, enquanto um conjunto de propriedades heteromórficas atuando no processo dialógico inferencial; e

c) A Metateoria das Interfaces é uma proposta metodológica consistente para a organização e o tratamento de pesquisas envolvendo diferentes áreas, ao assumir intersecções interteóricas e interdisciplinares a partir de fundamentos intrateóricos e intradisciplinares, delineando uma metodologia que possibilite objetos, de fato, de interface.

Desse modo, os capítulos que seguem buscam refletir a rota argumentativa exposta acima, representando um conjunto de reflexões sobre o tópico. Inicialmente, no capítulo 2, caracterizamos o panorama organizacional do mapeamento proposto, considerando o posicionamento que insere os estudos linguísticos no interior das *Ciências da Linguagem* e a defesa de uma metodologia por interfaces, bem como trazendo a discussão ilustrativa das interfaces propostas, em uma abordagem dos processos inferenciais em contexto dialógico. Na sequência, descrevemos um conjunto de propriedades relativas à estrutura dialógica em contexto natural e virtual-interativo, apresentando fundamentos dos modelos sob análise. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho, na perspectiva da continuidade das investigações.

2 O OBJETO CONSTRUÍDO NAS INTERFACES

Neste capítulo, buscamos delinear uma resposta à questão da natureza e da abordagem das entidades teóricas assumidas, para que as propriedades heteromórficas apontadas sejam descritas e explicadas pelo modelo. Este capítulo, assim, objetiva: a) contextualizar a perspectiva de fazer linguístico adotada; b) apontar as *interfaces externas* mapeadas, tendo em vista apresentar aspectos de caráter explanatório dos fenômenos investigados; e, por conseguinte, c) as *interfaces internas*, que possibilitam caracterizar descritivamente o objeto teórico em questão, enquanto um conjunto de processos inferenciais em contexto dialógico.

2.1 DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

O panorama de investigação aqui proposto enquadra-se no contexto das pesquisas interdisciplinares, que, como pontuam teóricos como Grein e Weigand (2007)⁶ e Gibbs (2008)⁷, são o foco da agenda acadêmica na atualidade, dentro de um roteiro em que os modelos teóricos estão relacionando diferentes áreas.

Ao aproximar-se de outros campos do conhecimento para a compreensão de um objeto de estudos notadamente composto por propriedades de natureza diversa, a Linguística, é, então, redimensionada enquanto ciência, estando no escopo do que se tem defendido por *Ciências da Linguagem* (COSTA, 2007a; COSTA e FELTES, 2010). Ciências da Linguagem, como argumentam Costa e Feltes (2010), identificaria mais adequadamente o fazer teórico essencialmente interdisciplinar que configura a Linguística atualmente, e que a configurou desde Saussure (1916). Por esta abordagem, o objeto *linguagem* é assumido *in advance* como multidimensional, de modo que o tratamento de suas propriedades se daria na construção de modelos de investigação de filiação natural, formal ou social, supondo-se os processos de conhecer, pensar e comunicar, respectivamente. A organização dos estudos da linguagem, assim, é observada em termos de programas de investigação guiados por perspectivas relativas às três grandes interfaces (natural, formal e social).

⁶ “It is the complexity of the object ‘language’ that needs to be investigated by the joint effort of different disciplines, i.e., by crossing disciplinary boundaries” (2007, p. 28). “É a complexidade do objeto ‘linguagem’ que necessita ser investigada pelo esforço conjunto de diferentes disciplinas, isto é, pelo cruzamento de fronteiras disciplinares” (Tradução da autora).

⁷ “Thus, research on metaphor is now as multidisciplinary, and interdisciplinary, as perhaps any topic being studied in contemporary academia.” (2008, p. 4). “Assim, a pesquisa sobre metáfora é agora tão multidisciplinar, e interdisciplinar, como talvez qualquer assunto estudado na academia contemporânea” (Tradução da autora).

A Linguística de tradição saussureana, por exemplo, historicamente advoga seu estudo no interior da Semiologia, parte integrante da Psicologia Social:

Ela [Semiologia] nos ensinará em que constituem os signos, que leis os regem. (...) A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (SAUSSURE, 2006, p. 24).

A Ciência da Linguagem seria lida, a partir do *Cours*, como a Ciência da Língua, cabendo ao linguista tanto investigar os elementos e relações que caracterizariam o sistema linguístico, bem como ‘definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos’; diferentemente do ponto de vista do psicólogo, que trataria do ‘mecanismo do signo no indivíduo’, cabendo a ele ‘determinar o lugar exato da Semiologia’.

As abordagens, nesse sentido, é que seriam delimitantes, uma vez que Saussure defenderia kantianamente que o ponto de vista cria o objeto, pois “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita” (2006, p. 17), não sendo passível caracterizar-se enquanto objeto científico. A visão saussureana assumiu, então, um ponto de vista da linguagem como fato social, e, a partir dele, um objeto a ser investigado: um sistema de signos e associações representadas socialmente na mente dos falantes. Na caracterização saussureana, o ponto de vista do psicólogo não atingiria o signo, pois aquele trabalha no nível da execução individual, e este é caracterizado como ‘social por natureza’, devendo ser estudado por tal perspectiva.

Nessa discussão, é mencionado o reconhecimento de uma faculdade da linguagem, a “faculdade linguística por excelência”, na perspectiva de que tal faculdade requer um instrumento criado pela coletividade, não sendo “ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem” (2006, p. 18). Desse modo, Saussure, com bastante clareza, define a interface social da Linguística.

Quanto a este aspecto, Chomsky, a partir de 1957, parte da defesa de uma outra interface para os estudos linguísticos, em que a *linguagem* é caracterizada como um órgão, uma faculdade, ou, ainda, um dispositivo (cf. CHOMSKY, 1975, 2000), na visão de que o *conhecimento* da linguagem, no sentido de um sistema de princípios, de relações de representação, seria o objeto de estudos mais adequado à descrição-explicação dos fenômenos linguísticos, pois representaria parte essencial do conhecimento humano. Para o teórico norte-americano, a *linguagem*, analogamente a qualquer outra função biológica, é parte do mundo natural, e, para tratá-la com tal, necessita-se de programas de investigação que possuam

metodologia e pressupostos compatíveis. Assim, o estudo da linguagem é visto como ramo da Psicologia Cognitiva, no arcabouço das ciências naturais.

Uma terceira posição assumiu o lógico Montague (1970), em seus trabalhos em Semântica Formal, ao caracterizar seu objeto como entidade de natureza lógico-matemática, aproximando concepções e modelos de linguagens formais e naturais.

A história da Linguística, assim, como pontuam autores como Costa (2007b)⁸ – ao mencionar o roteiro comunicativo-social, cognitivo e formal dos estudos da linguagem –, não contradiz⁹ o fazer interdisciplinar contemporâneo, sendo antes assumido por ele.

A abordagem do objeto de investigação é aqui tratada, em uma visão perspectivista (GIERE, 2006), a partir da interpretação de que as entidades teóricas construídas pressupõem, na relação entre observador e fenômenos observados, compromissos assumidos no interior de teorias em interface (COSTA, no prelo). Por tal perspectiva pluralista, a *linguagem* é pressuposta como objeto multidimensional; assim, não se trata apenas de assumir, num primeiro momento, *objetos observacionais* (BORGES NETO, 2004, 2010) comuns entre as áreas, no sentido de um recorte de fenômenos observáveis, isto é, do reconhecimento de um conjunto de fenômenos linguísticos ou de propriedades computacionais do cérebro, por exemplo; tratando-se, antes, de construir *objetos teóricos*, interdisciplinarmente.

Tais construções, no âmbito da Metateoria das Interfaces, mesmo considerando a tradição dos diferentes domínios, já caracterizam um novo conjunto de fenômenos sob análise, para além da relação entre aqueles tomados como previamente existentes à interface.

Podemos fazer a seguinte leitura: há uma tradição das áreas, com seus modelos já inseridos em contextos de interface, conforme apontado nos autores clássicos; há, igualmente, aproximações entre conceitos de diferentes campos de investigação no tratamento de fenômenos, como é o caso da noção de inferência, na interface Lógica/Comunicação/Cognição, de forma que as Ciências da Linguagem seriam o resultado das aproximações entre o que já se estabeleceu na tradição da área e os novos mapeamentos realizados dentro dos três grandes ramos de investigação: o formal, o natural e o social. O rótulo Ciências da Linguagem representaria, assim, um conjunto de teorias que desenham objetos mapeáveis do ponto de vista linguístico, em suas diferentes perspectivas.

⁸ Conforme configuração do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural, dentro do qual este trabalho se realiza. Ver também Costa e Feltes (2010).

⁹ Para Fiorin (2008), a Linguística não perde seus contornos enquanto ciência da linguagem, na defesa de que a finalidade desta é explicar fenômenos linguísticos por intermédio do estudo das línguas, num contexto de intercâmbio de conceitos e métodos com outras ciências e áreas.

Isto posto, pensemos o terreno teórico interdisciplinar em que se delineiam novos rumos de investigação de fenômenos linguísticos, considerando aspectos da linguagem observados no contexto da Cultura Digital. Trata-se de modelos de comportamento linguístico mais complexos que passam a adquirir importância investigativa, na relação entre linguagens formais e naturais, tendo em vista: sistemas de realidade aumentada (que ampliam as interfaces entre o *virtual* e o *real*), tradutores automáticos, buscadores inteligentes, agentes conversacionais, dispositivos que realizam inferências, que tomam decisões, que completam tarefas e que interagem conversacionalmente (através de texto escrito ou articulado oralmente) com humanos e com outras máquinas. Ao mesmo tempo, descrições do comportamento linguístico humano também são impactadas pelos novos formatos de interação: conversas em rede, com escalabilidade virtualmente ilimitada, diálogos¹⁰ via dispositivos cada vez mais móveis e sistemas de integração de meios, podendo-se comunicar através de texto (*e-mail*, SMS, *chat*, murais, etc.), vídeo, voz, separadamente ou ao mesmo tempo.

Esse conjunto de novas relações configura uma heterogeneidade de formas e usos de linguagem, que, por consequência, resulta em conceitos e modelos explanatórios pertinentes a essa configuração. A tradição comunicativa dos estudos da linguagem, assim, é impactada pela dinâmica das interações digitais, que ampliou a perspectiva de redes dialógicas. Com seu conteúdo *open per source* e uma direção de organização cada vez mais personalizada e orquestrada por redes semânticas, a Web e os novos meios de comunicação são traduzidos em movimentos teóricos relevantes.

É nesse cenário que surgem a Ciberpragmática (YUS, 2011), abordando a comunicação mediada pela Internet pela perspectiva da pragmática cognitiva da Relevância; a Linguística da Internet (CRYSTAL, 2011), enquanto um ramo disciplinar que estuda fenômenos de linguagem no âmbito da comunicação mediada pela Internet; a Ciência da Web (SHADBOLT; BERNERS-LEE, 2008), como um campo teórico interdisciplinar que tem como escopo a estrutura e princípios da Web e suas relações interativas de base social, em seus vários aspectos; corroborando, desse modo, a visão de que as teorias linguísticas colocam-se como um campo de estudos ampliado, na observação de um objeto que se tornou cada vez mais complexo.

Nesse sentido, as Ciências da Linguagem passam a fazer conexões mais fortes, ao nível dos fundamentos, entre as mais diferentes áreas, tendo em vista gerar modelos

¹⁰ Podemos pensar em conversas *públicas*, *semipúblicas* e *pseudoprivadas* (pois é manifesto para os internautas que o conteúdo da rede possui limitações de privacidade).

compatíveis com as investigações em pauta. Na interface formal, das linguagens artificiais, observamos que estão sendo requeridos modelos cada vez mais compatíveis com as descobertas nas ciências cognitivas e comunicativo-sociais¹¹.

Por tudo isso, mostra-se pertinente uma reflexão sobre aspectos da linguagem nessa nova configuração, bem como sobre os impactos de tais estudos para a própria disciplina teórica. Nesse contexto, fenômenos inferenciais dialógicos caracterizam-se como objeto privilegiado de investigação, por fazerem interface com as três grandes áreas elencadas. Tal mapeamento, porém, exige uma organização metodológica compatível. Para tanto, segue uma ilustração de tais relações, no escopo da Filosofia da Linguística, baseada na proposta da Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007a). De acordo com esta abordagem, assumimos aproximações interdisciplinares (*interfaces externas*) a partir de relações construídas ao nível dos fundamentos das áreas envolvidas (*interfaces internas*).

2.2 DAS INTERFACES EXTERNAS

Refletindo sobre a forma de constituição da atual agenda teórico-científica, com relações cada vez mais próximas entre as áreas, diferentes conceitos estabeleceram-se. Notadamente, destacam-se os conceitos de *interdisciplinaridade* e *multidisciplinaridade*¹². A principal diferença apontada entre eles está no tipo de relação estabelecida entre os campos aproximados. Enquanto o primeiro diz respeito a uma intersecção de fundamentos e métodos, gerando um novo objeto de estudos, o segundo remete a diferentes perspectivas sobre um mesmo tópico de investigação. Assumindo-se, assim, a pesquisa interdisciplinar como relevante, mostra-se necessário nos guarmos por um quadro organizacional desse tipo de investigação, o que justifica a explicitação de fundamentos metateóricos.

¹¹ A interface comunicativo-social, no âmbito do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural, caracteriza a investigação sobre a propriedade social mais típica, a comunicativa. A linguagem, por esta perspectiva, está ligada à comunicação, tendo em Saussure o autor de referência na tradição da área.

¹² Arlindo Philippi Jr., representando a Coordenação de Área interdisciplinar da CAPES, vale-se da seguinte definição de multidisciplinaridade: “Estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência”, completando: “Neste modo não é obrigatória a cooperação entre disciplinas, porém exige coordenação”. Quanto à interdisciplinaridade, o pesquisador adota a seguinte definição: “Convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas”, concluindo com a seguinte posição: “Esse modo exige cooperação e coordenação entre disciplinas”. Assim, o autor reitera: “Interdisciplinaridade é, antes que uma área de conhecimento, uma forma de conhecimento que deverá exercer, progressivamente, papel preponderante nos campos do conhecimento científico, tecnológico e de inovação” (apresentação do mesmo autor sobre este tema disponível em: <http://www.foprop.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2010/05/Arlindo-Philipi-J%C3%BAAnior-Parte-II.pdf>). Acesso em: 03 nov. 2011).

A Metateoria das Interfaces, nesse sentido, defende uma visão perspectivista, ou ainda realista moderada (cf. COSTA e FELTES, 2010), em que os objetos teóricos são entidades assumidas intrateoricamente, sendo construídas e explicadas por conexões entre campos teóricos disciplinares, ou seja, via *interfaces externas*; permitindo (i) o ganho explanatório acerca de objetos compreendidos como fenômenos complexos e (ii) uma potencial aplicação de descobertas compatíveis com todas as áreas interfaceadas. Para que as áreas sejam de fato aproximadas, porém, os objetos são descritos via *interfaces internas*, ou seja, *subdisciplinas*¹³ das grandes áreas assumem os compromissos metodológicos e conceituais necessários à construção dos objetos. Através do mapeamento entre conceitos e métodos no interior das grandes disciplinas, os fenômenos são passíveis de caracterização, constituindo-se, de fato, as interfaces.

Assim, para que se explique um objeto como o raciocínio inferencial na relação com a linguagem natural, por exemplo, são pertinentes observações acerca de propriedades lógicas, cognitivas e linguísticas, considerando-se as funções da linguagem relacionadas respectivamente ao raciocínio, ao conhecimento e à comunicação.

No entanto, atentemos para o fato de que, embora a construção seja interna a cada mapeamento, a arbitrariedade tem seus limites, pois a interface se dá entre ontologias já existentes, respeitando-se uma tradição de conhecimento acumulado (cf. COSTA, no prelo, p.7).

Fica latente que a variedade de possibilidades de interconexão gera novos desafios. Se, anteriormente, havia a preocupação disciplinar de se decupar os elementos heteromórficos das análises, o quadro que se vislumbra é o da cautela de o pesquisador não incorrer em intersecções improdutivas, em que não se obtêm análises férteis sobre determinado fenômeno, gerando o que Poeppel (2004) defende por *cross-sterilization*.

A metáfora da esterilização apresentada por Poeppel (2004), no contexto dos estudos da linguagem e do cérebro, encerra a leitura de as análises não representarem de fato um avanço explanatório sobre os fenômenos, no sentido de substantivos novos *insights* para os domínios em jogo, justamente por não haver uma unificação ao nível dos fundamentos. Ao não considerarem um mapeamento ao nível mais básico das entidades das áreas mapeadas,

¹³ Costa, no contexto do Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural (PUCRS), utiliza a nomenclatura *subdisciplinas* e *subteorias* para fazer referência às áreas internas às disciplinas teóricas. Como subteorias da teoria linguística, por exemplo, temos a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe, a Semântica, a Pragmática, a Lexicologia.

não se cria uma prática de análise compatível com a granularidade¹⁴ conceitual de cada disciplina.

Poeppel (2004), assim, defende que há dois problemas de origem. Em primeiro lugar, o autor identifica o *problema da incompatibilidade de granularidade*¹⁵ (*granularity mismatch problem*), em que se trabalha com diferenças na composição dos primitivos e das operações de cada área, o que inviabiliza elementos de ligação entre os domínios. No caso, a abordagem linguística opera em um nível de abstração conceitual mais refinado do que a abordagem neurocientífica, ao tratar de elementos como *traços distintivos* e *morfemas*, cuja representação e computação não apresenta contrapartida nos estudos neurocientíficos da linguagem, que trabalham com distinções conceituais mais amplas, como, por exemplo, bases neurais da ‘fonologia’. Analogamente, aponta o *problema da incomensurabilidade ontológica* (*ontological incommensurability problem*), em que as unidades fundamentais de cada campo não podem ser reduzidas ou, em um outro estágio, unificadas, pois são incomensuráveis, no momento em que não há uma explicitação das relações entre as disciplinas. Desse modo, a unificação no nível mais básico de análise exigiria uma alteração conceitual.

Na visão de Poeppel (2004), não há unificação possível entre as ciências se, sob análise, estão hipóteses mal construídas em um mapeamento de elementos em níveis diferentes de generalidade, devendo voltar-se a atenção para a interpretação dos fenômenos, para o domínio explanatório. As observações do autor dirigem-se para a defesa de que devem ser desenvolvidos elementos de ligação ao nível teórico-metodológico na intersecção, criando entidades pertinentes e reconhecíveis às áreas, quais sejam, operações formais elementares e genéricas (modelos computacionais). Assim, a *computação*, no sentido de modelagem representacional, seria um nível mediador de análise entre a arquitetura conceitual das ciências humanas, das ciências cognitivas e das neurociências (PEOPPEL, 2004, p. 11; POEPPPEL e EMBICK, 2005).

Considerando-se tais aspectos na perspectiva da Metateoria das Interfaces, a questão central a ser enfrentada é a da construção dos objetos. Costa e Feltes (2010, p. 347-348) igualmente levantam quatro problemas cruciais no desenvolvimento da Linguística como ciência:

¹⁴ Granularidade é um conceito no interior de teorias de sistema, utilizado, sobretudo, na Computação e na Neurociência. O termo estende-se a propriedades de objetos e operações, mais precisamente à representação da escala de amplitude de composição das partes de um sistema (ver PATTEN, 1988).

¹⁵ O que autores como Chomsky (2000) tratam por investigações em níveis diferentes de análise/abstração. Abordagens semióticas e semiológicas, por exemplo, trabalham com este desafio ao manipular diferentes *sistemas de signos/significação*, a partir de sistemas de análise de diferentes granularidades, tendo em vista heteromorfias nas entidades e pressupostos assumidos (ver, por exemplo, DIAS, 2009 [2008] para uma análise ilustrativa de tratamento isomórfico das entidades verbais e imagéticas).

- **A diversidade de concepções:** a Linguística é constituída por programas de pesquisa díspares ao nível dos fundamentos e dos objetivos. Comparemos, por exemplo, os programas da área da Sintaxe Gerativa e da Análise do Discurso.
- **O caráter interdisciplinar indefinido:** os formalismos das áreas se constituem como unidades independentes que inviabilizam o mapeamento entre os campos de investigação.
- **Circunstâncias ricas para a universalidade trivial:** os estudos das línguas humanas enfrentam o bloqueio de generalizações relevantes pela multiplicidade de aspectos específicos envolvidos (aspectos culturais, estruturais, lexicais, de significação). Em termos da linguagem tomada como sistema (social, cognitivo ou formal), as propriedades universais identificadas são demasiadamente limitadas e pobres, mesma limitação verificada para os formalismos relevantes.
- **Inadequação entre descrição e explicação:** na história da Linguística moderna, o nível descritivo e o explanatório não estão em adequada tensão. De um lado, há mais descrições do que um quadro explanatório; de outro, há teorias que se valem de uma mistura de pressupostos em nome de um construcionismo radical.

Vemos que os problemas identificados em Poeppel (2004), Poeppel e Embick (2005)¹⁶, em relação às aproximações da Linguística com as ciências do cérebro, são também identificados na relação entre as disciplinas linguísticas em Costa e Feltes (2010). Dessa maneira, até mesmo nas interfaces disciplinares enfrentamos o problema ‘da incomensurabilidade das teorias’¹⁷, tendo em vista que arquiteturas conceituais diferentes estão sendo relacionadas, exigindo uma construção no que se refere a entidades teóricas e ao potencial de aplicação.

Assim, a Linguística, como Ciências da Linguagem, é campo privilegiado de relações de interface envolvendo objetos de diferentes granularidades. É claro que, como salienta Costa (2007a), teorias com formalismos adequados às interfaces tornam-se privilegiadas,

¹⁶ E em outros autores, como Chomsky (2000), por exemplo.

¹⁷ Problema da impossibilidade de comparar sistemas teóricos diferentes. A formulação do problema assume contornos diferentes em Quine, Kuhn e em Feyerabend, o que aqui não será discutido.

sobretudo porque, como defende o autor, a investigação nas interfaces se trata de uma sociedade interativa sobre um objeto que nasce justamente dessa relação.

O que também parece consensual nas diferentes visões é que o fazer teórico interdisciplinar é problemático sem a construção de conexões apropriadas, de modo que tais conexões só são possíveis ao nível dos fundamentos. Mais especificamente, pela Metateoria das Interfaces, defende-se uma construção de relações via subteorias das áreas. Para propostas na interface linguagem-cérebro, como a de Poeppel (2004), as relações só são possíveis via propriedades computacionais mapeáveis.

A questão que pontuamos é que a perspectiva de problemas e objetos complexos, no mapeamento de um conhecimento já existente, gera a responsabilidade de o pesquisador caracterizar sua abordagem observando a tradição da área, ao mesmo tempo em que modela construções particulares ao objeto investigado. Por uma compreensão perspectivista, as respostas aos problemas formuladas sempre serão dadas em relação a modelos, e não a fenômenos tomados *a priori*. A visão apresentada em Poeppel (2004) e em Poeppel e Embick (2005) é a de que os modelos a ser considerados deverão dizer algo, no caso das investigações sobre linguagem e cérebro, sobre *como a linguagem opera* e sobre *como o cérebro opera* (caso seja possível), no mesmo nível de abstração em termos teóricos e experimentais.

Na perspectiva do debate e tendo em vista abordar os processos inferenciais dialógicos, temos que caracterizar a natureza dos argumentos em termos de propriedades inferenciais dialógicas. Na perspectiva defendida, tal caracterização é possível via interface formal, cognitiva e comunicativo-social, pois os argumentos são compreendidos em sua base lógico-semântico-pragmática, enquanto argumentos multiformes (cf. COSTA, 2008 [1984]). São multiformes, por serem compreendidos como argumentos envolvendo fenômenos de natureza variada, bem como por serem gerados por fontes lógicas, lexicais, prosódicas, semânticas, pragmáticas. Para além, eles podem igualmente ser caracterizados por diferentes propriedades, da ordem da validade, correção, relevância e da adequação¹⁸. Assim, tais argumentos envolvem propriedades heterogêneas em termos de estrutura (propriedades lógicas), de conteúdo (propriedades semânticas) e de contexto comunicacional (propriedades pragmáticas, retóricas), sendo que o desafio é mapeá-las em termos de interfaces relevantes. Como este trabalho busca uma discussão dessas relações, as diferentes propriedades serão mais propriamente elencadas do que mapeadas. Entende-se que esta é uma primeira etapa da construção das relações interdisciplinares.

¹⁸ Cf. COSTA, Jorge Campos da. *O texto jurídico-político*, um gênero complexo. Disponível em: <http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/otextojuridico-politico.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.

Em primeiro lugar, por motivos de exposição, trataremos das *interfaces externas*, enquanto relações entre as grandes áreas. Assim, serão elencados pressupostos da interface formal, cognitiva e comunicativo-social. Como a construção das interfaces externas pressupõe relações intradisciplinares, na sequência serão explicitados os pressupostos referentes às *interfaces internas* em questão.

2.2.1 Da Interface Formal

Partindo-se da definição clássica que toma o processo inferencial como uma operação lógica que deriva conclusões de um conjunto de premissas, temos na interface formal o campo privilegiado para o tratamento das estruturas argumentativas.

Na base da literatura que estabelece a interface entre sistemas formais e a linguagem natural¹⁹, figuram as observações de Platão e, sobretudo, de Aristóteles. Para estes, as práticas de linguagem, como *argumentar* – parte de outras mais complexas como legislar e teorizar – e *persuadir* – parte de práticas comuns –, estavam sob um julgo de racionalidade, ainda que não sustentadas por argumentos regidos por regras de validade. Instaurava-se, assim, a reflexão metódica sobre a forma dos argumentos em linguagem natural, bem como sobre sua manipulação e funções nas relações comunicativas. Aristóteles observava que a linguagem era utilizada para manipular a razão, de modo que era necessário determinar os princípios que permitiam aos homens aceitarem argumentos que não conduzissem a conclusões verdadeiras. No intento aristotélico, ao investigar as formas de argumentos válidos, era possível o exame da própria estrutura do pensamento. Da mesma forma, o estudo da linguagem comum possibilitava compreender os meios e condições que regiam a manipulação de argumentos visando ao convencimento.

Se compreendêssemos (a) a respeito de quantas coisas e que espécie de coisas se argumenta, e de que materiais partem as argumentações, e (b) de que maneira poderemos estar bem supridos desses materiais, teríamos alcançado suficientemente a nossa meta. (ARISTÓTELES²⁰, 1987, p. 35).

Dentro dessa longa tradição, entende-se raciocinar enquanto produção de inferência. A inferência, no entanto, tal qual compreendida aqui, caracteriza-se como um objeto construído interdisciplinarmente. Segundo Costa²¹ (2009a), trata-se de uma espécie de objeto

¹⁹ Cf. Walton (1989), Costa (2009), entre outros.

²⁰ Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim.

²¹ No original, o autor está referenciado como Campos, mas preferimos padronizar as referências ao mesmo autor.

inter/intradisciplinar por definição. Por esta abordagem, podemos defini-la do ponto de vista lógico, fazendo referência à passagem de premissas para conclusões; do ponto de vista cognitivo, caracterizando a forma de raciocínio realizado pelos indivíduos, e do ponto de vista comunicativo-social, fazendo menção ao raciocínio dos interlocutores em situação dialógica.

O tratamento da linguagem natural gerou um intenso debate no campo da Filosofia da Linguagem, tendo em vista o intento logicista que, no campo formal, abordava a linguagem enquanto um conjunto de argumentos regidos por regras lógicas.

Similarmente ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* e ao Strawson do *uso e asserção* da sentença, Grice (1957, 1967) reavaliou a posição logicista²², na defesa filosófica do significado na relação falante-contexto, no campo das convenções sociais. O projeto griceano apresentou a sua contribuição desde que sistematizou em seus fundamentos a diferenciação entre *significado da sentença*, enquanto entidade semântica, referindo-se ao que *é dito*, e *significado do falante*, entidade pragmática, referindo-se ao que *é implicado*, destacando a intencionalidade na sua relação (meta)representativa.

Dentro do panorama que se configurava, a orientação mentalista/racionalista griceana²³ representou um mapeamento amigável com as ciências comunicativo-sociais, bem como com as ciências cognitivas, em consonância com os avanços das teorias da mente (em especial FODOR, 1968, 1975 entre outros). Nessa linha, a avaliação aproximativa de argumentos lógico-formais e argumentos em linguagem natural voltou à centralidade de vários debates, e, não por acaso, em uma das maiores bibliotecas dedicadas à literatura computacional, a CiteSeerX, o artigo *Logic and Conversation* (GRICE, 1975²⁴) aparece como o mais citado²⁵ nos estudos dialógicos na área da Computação. Os diferentes estudos²⁶

²² A atenção dos estudos da significação estava voltada para a dimensão representativa da linguagem, como é possível ver em Frege (1978), com sua *Lógica de Predicados* e seu tratado sobre sentido e referência; em Peirce (1977), que desenvolveu sua teoria geral dos signos no escopo de uma epistemologia, contribuindo, também, para as teorias da comunicação, na defesa da *Lógica* enquanto outra denominação para *Semiótica*; em Russell (1905), com a teoria das descrições definidas, trazendo uma grande contribuição para o que viria a configurar a *Pragmática*, a partir do debate sobre referencialidade, reavaliado, depois, por Strawson (1950), numa perspectiva de diferenciação entre sentença, uso da sentença e enunciado da sentença. Similarmente, Carnap (2002 [1934]), com sua *sintaxe lógica*, Wittgenstein I (1994[1921]), com sua teoria figurativa, e Montague (1970), com sua semântica de modelos, analisaram a linguagem na sua interface formal. Tal empreendimento, porém, relacionado à investigação de uma linguagem precisa e inequívoca – tanto quanto possível – apresentou uma ruptura, quando do estabelecimento de teorias que buscavam análises das relações lógicas no âmbito comunicativo, investigando a linguagem ordinária e suas relações na conversação cotidiana, alocando como central a propriedade da intencionalidade e desenhando uma nova perspectiva de estudos linguísticos, bem como um empreendimento dentro da Filosofia da Linguagem.

²³ Assim, como Grice, Austin (1962) e Searle (1969) são representantes pioneiros de modelos racionalistas do uso da linguagem; abordando a linguagem trivial por uma filosofia da linguagem, na defesa do raciocínio como operação lógico-linguística fundamental. Os racionalistas dessa vertente são tratados como intencionalistas.

²⁴ Apresentado em 1967.

²⁵ <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.115.6759>>. Último acesso em 25 nov. 2011.

²⁶ Para uma visão geral, ver Cassell *et al.* (2000).

buscam modelar agentes computacionais altamente complexos, considerando relações inferenciais dedutivas (derivadas do cálculo em que de premissas universais chega-se a conclusões necessárias), indutivas (derivadas do raciocínio probabilístico acerca de uma amostra) e mais sofisticadamente abduativas²⁷, consolidando uma tradição de interface linguístico-computacional-cognitiva²⁸.

Assim, na busca pelo tratamento de propriedades lógico-inferenciais construídas no âmbito semântico-pragmático, o modelo griceano pode igualmente ser interpretado através da Metateoria das Interfaces. Costa (2008[1984]), por exemplo, explora as interfaces lógica e comunicativa da Teoria das Implicaturas de Grice, enquanto Sperber e Wilson (1986) problematizam mais fortemente a sua interface cognitiva²⁹.

Do mesmo modo, a própria Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005), destaca-se na relação de interfaces, ao contemplar os fenômenos interpretativos³⁰ envolvidos na comunicação, em seus aspectos lógicos (formas e regras lógicas), linguísticos (*input/output* semântico-pragmático; relação entre código e inferência) e cognitivos (modelo representacional de crenças e de arquitetura da mente), a partir de uma explicação via aparato cognitivo inato.

No âmbito dos argumentos formais, um cálculo premissa-conclusão é uma prova lógica, independentemente de interlocutores e de conteúdos em questão, relacionando-se à verificação da validade dos argumentos internos ao modelo. Por sua vez, os argumentos em linguagem natural, pela perspectiva delineada, apresentam complexidades na relação entre a base lógica subjacente e os conteúdos pragmáticos a ela associados, necessitando de modelos de compreensão do processamento de argumentos naturais contextualizados que expliquem e descrevam tal relação. Grice (1975) tratou as inferências resultantes como cálculos pragmáticos denominados de *implicaturas*. A divisa entre inferências monotônicas e não monotônicas, no entanto, foi objeto de grande debate nos diversos tratamentos semânticos e

²⁷ A diferenciação tricotômica entre os três tipos de raciocínio é um legado de Peirce. O raciocínio abduativo, comumente tratado como a hipótese da melhor explicação, foi descrito pelo autor como sendo a adoção de uma hipótese a partir de uma consideração sobre os fatos. É conhecido como a hipótese da melhor explicação, uma vez que se revela como o melhor raciocínio para explicar casos derivados de uma regra geral. Um exemplo é a hipótese da Gramática Universal tal qual defendida pela corrente gerativista.

²⁸ Os argumentos em linguagem natural, porém, apresentam um conjunto de propriedades que pode ser avaliado para além da lógica clássica bivalente, no contexto de abordagens como as da Lógica Informal (Pragmática Lógica, ou ainda Argumentação Crítica) (WALTON, 1989), da Lógica Bayesiana, da Lógica Difusa ou Fuzzy, que também contribuem para a avaliação de propriedades inferenciais heteromórficas da linguagem (cf. COSTA, 2009b, p. 137).

²⁹ Os autores igualmente expõem as fragilidades das interfaces lógica e comunicativa da teoria, ao questionar o modo como é realizado o cálculo das implicaturas e a existência de um Princípio de Cooperação.

³⁰ Aqui os conceitos “interpretação” e “compreensão” são utilizados de forma não problemática, como intercambiáveis.

pragmáticos. Na perspectiva de Levinson (2000), as inferências pragmáticas são não necessárias ou não monotônicas, diferentemente das inferências semânticas, que são necessárias ou monotônicas. Para o autor, tal diferenciação implica em abordarmos um acarretamento como uma inferência não cancelável e uma implicatura como uma inferência cancelável.

Para Costa (2008, p. 35, 77, 99, 125), Levinson (1983), Givón (1982) – entre outros teóricos da linguagem que observaram a atuação de propriedades de diversas ordens na estrutura comunicacional de enunciados –, os argumentos naturais são multiformes, envolvendo uma série de propriedades, entre as quais: ditos, implicaturas, pressuposições, acarretamentos, condições-de-verdade, condições-de-adequação. Dentre as supracitadas, a noção de implicatura gerou intenso debate referente ao tipo de cálculo lógico-cognitivo envolvido na sua apreensão, considerando questões de especificidades interpretativas no domínio da linguagem.

Desde Grice, a (a) calculabilidade é um dos traços essenciais das inferências, na relação com as demais propriedades de (b) cancelabilidade (as implicaturas podem ser canceladas através da adição de premissas que as contradiga), (c) não separabilidade (diferentes maneiras de expressar o mesmo conteúdo proposicional tendem a acarretar as mesmas implicaturas), (d) indeterminabilidade (o conjunto derivável de implicaturas é calculável, mas não determinável, pois é dependente de interlocutores e contexto), (e) não convencionalidade (embora as implicaturas sejam derivadas da relação do conteúdo codificado com o contexto, o conteúdo implicado não faz parte do dito).

O processo inferencial griceano está relacionado justamente com a utilização de argumentos. Para o autor, toda inferência conversacional deve ser calculável. No modelo, os falantes dizem e sugerem, sendo que sugerem por meio da relação entre: a) o significado convencional das palavras (desambiguando e atribuindo referência), b) o contexto linguístico ou extralinguístico, os itens do seu conhecimento anterior, c) o Princípio de Cooperação (que prescreve: faça a sua contribuição conversacional tal qual é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado) e suas máximas³¹ (no comprometimento de dizer algo objetivo, verdadeiro, adequado e claro) e d) o fato de que as pessoas sabem ou supõem tal procedimento (cf. 1989, p. 30-31). A implicatura, assim, é o conteúdo adicional de significação para além do semântico, como

³¹ Quantidade (informatividade), Qualidade (veracidade), Relação (relevância) e Modo (clareza). É válido salientar que o autor também faz referência à existência de outras máximas, de caráter estético, moral ou social (cf. 1982, p. 88).

resultado do respeito ou aparente violação do Princípio de Cooperação e de suas máximas kantianas. Assim, o autor delineou um “padrão geral” para a dedução de tal conteúdo conversacional (1989, p.31):

He has said that p; there is no reason to suppose that he is not observing the maxims, or at least the Cooperative Principle; he could not be doing this unless he thought that q; he knows (and knows that I know that he knows) that I can see that the supposition that he thinks that q is required; he has done nothing to stop me thinking that q; he intends me to think, or is at least willing to allow me to think, that q; and so he has implicated that q.³²

Segue-se que o Princípio de Cooperação assume, numa interface social, a hipótese abdutiva de que *deve haver* um conjunto de condições que possibilita a comunicação, de modo que as pessoas compartilham uma direção mutuamente aceita de jogo comunicativo. Logo, as máximas griceanas estão a serviço dessa direção de compartilhamento de propósitos comunicativos, sendo a própria ilustração dele. Assumindo-se um Princípio de Cooperação atuante, somos autorizados a concluir que os falantes farão seus comentários adequados aos tópicos, verdadeiros, claros, suficientemente informativos, de modo que, mais propriamente mais quando há uma aparente violação de tais expectativas, buscam-se inferências que justifiquem tal comportamento.

Assim, temos o diálogo (I):

A: Preciso entrar em contato com o meu irmão.

B1: Meu telefone está ao seu lado.

Na hipótese de que B está cooperando, imagina-se que deve ter dito algo que se relacione com o enunciado de A. É desse modo que A é levado a crer que o enunciado de B, aparentemente violando a máxima de relação, autoriza-o a realizar o seguinte cálculo:

1 – B está dizendo que o telefone dele está disponível a mim.

2 – B está dizendo que o telefone dele está apto a realizar ligações.

3 – B está dizendo que posso utilizar o telefone dele para entrar em contato com o meu irmão.

Diferentemente, B poderia dizer:

³² Ele disse que p, não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o princípio de cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que p; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse q; ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense q; logo, ele implicou q. (conforme tradução de GERALDI, 1982, p. 93).

B2: A Internet é o melhor meio de comunicação.

Novamente, na expectativa da preservação do Princípio de Cooperação, A é autorizado a assumir que B fez seu comentário em relação ao tópico em pauta e, desse modo, a inferir que B está sugerindo que A deveria utilizar a Internet para ser comunicar com o irmão.

Ou, ainda, poderia dizer:

B3: A inseparabilidade é algo encantador.

Nesse caso, o enunciado de B representa uma violação voluntária à máxima de relação, à medida que B faz seu comentário abertamente irônico para implicar que A é dependente da relação com seu irmão.

O modelo griceano representa, nesse contexto, a leitura de que há uma direção racional na estrutura comunicativa, aprendida socialmente, em que as pessoas fazem suas trocas conversacionais de modo a compartilhar conteúdos sobre tópicos e sobre o próprio processo comunicativo.

Assim, ainda que B dissesse,

B4: Estou lendo, não posso agora.

A seria levado a assumir que B ainda está no jogo cooperativo, ao deixar compartilhado entre eles que B não se encontra em condições de estabelecer uma comunicação com A. Nesse sentido, Grice, a partir da noção de *implicatura*, fazendo referência a todo o conteúdo que está para além do textualmente expresso, ilustrou que os interlocutores se comunicam para além do dito, de modo que, nas trocas comunicativas, as pessoas buscam inferências quando há uma aparente violação do comportamento comunicativo esperado.

Como pontua Levinson (1983), com base nas implicaturas é possível construir o argumento para ilustrar como, dispondo-se do significado literal ou sentido do enunciado, na relação com o Princípio de Cooperação e suas máximas, o ouvinte pode realizar inferências. Para Costa (2008 [1984], p. 95), na proposta do Modelo Clássico de Grice Ampliado, o cálculo é realizado tendo em vista a supermáxima da relevância atuando, em que *relevância* é compreendida enquanto “propriedade do fenômeno de cooperação conversacional” (2008 [1984], p.99), a propriedade pragmática por excelência.

Para Costa (2008 [1984]), porém, deve-se observar que a noção de relevância, enquanto supermáxima da categoria de relação, apresenta funções diversas no jogo

comunicativo. O autor cita a proposta pioneira de Dascal (1982), que identifica a noção de relevância na relação com fenômenos distintos; haveria, assim, uma relevância pragmática atuando, que estaria relacionada ao próprio ato comunicativo, e uma noção de relevância relativa ao tópico da conversação, parecendo situar-se ao nível do significado. Nesse caso, juízos sobre a relevância do enunciado, das implicaturas obtidas e do próprio ato comunicativo seriam computados.

Nesse contexto, na medida em que há mais informações pressupostas pelo contexto linguístico e extralinguístico, o cálculo de implicaturas conversacionais tenderia a ter um grande número de premissas recuperadas. O modelo griceano prevê o uso de tais informações como recuperação do contexto de informações partilhadas. Desambiguação e atribuição referencial seriam os únicos processos de recuperação de informação do contexto extralinguístico que seriam tratados ao nível do conteúdo explícito, compreendidos como conteúdo de caráter semântico. Assim:

A: Recebeu minha mensagem de celular?

B: Vi teu nome e tentei te ligar.

A resposta de B produz implicaturas à medida que A é levado a crer que o aparente abandono das máximas de quantidade e relação na resposta de B, na suposição de que está B sendo cooperativo, o autoriza a implicar que:

- 1 – Sua mensagem foi recebida por B.
- 2 – B não abriu o conteúdo da mensagem.
- 3 – B viu que A havia entrado em contato.
- 4 – B quis atendê-lo tão logo viu seu contato.

A dependência de informações do contexto torna tais implicaturas particularizadas, além do fato de que o conteúdo da mensagem a que A se refere pode mudar as implicaturas em questão. Por exemplo, em um contexto em que B leu a mensagem e que esta pedia uma tomada de atitude de B, como ir ao aeroporto, B poderia estar implicando que não estava em condições de atender ao chamado de A e que tentou avisá-la sobre o fato.

Para além, a implicatura (4) está na interface entre lógica proposicional e linguagem natural, a partir do veritativo-funcional (' \wedge '). A abordagem filosófica griceana estabeleceu uma relação semântica entre operadores lógicos (\rightarrow , \neg , \vee , \wedge , etc.) e sua contraparte natural

cognitivamente, Sperber e Wilson (1995) defendem que as regras de eliminação geram conclusões não triviais, de modo que

um conjunto de suposições **P** implica logicamente e não trivialmente uma suposição **Q**, se e somente se, quando **P** é o conjunto de teses iniciais em uma derivação envolvendo somente regras de eliminação, **Q** pertence ao conjunto de teses finais. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 97).

Os autores argumentam, desse modo, que as regras *Modus Ponens Conjuntivo* e *Modus Ponens Disjuntivo*, enquanto regras de eliminação, parecem desempenhar papel importante no raciocínio dedutivo espontâneo, não necessitando, assim, de regras de introdução, conforme se verifica em argumentos do seguinte tipo:

Modus Ponens Conjuntivo

A)

Input: (i) (Se P e R) então R)

(ii) P

Output: (Se Q então R)

(a) Se (o céu está nublado e a temperatura está elevada), então irá chover. [premissa]

(b) (O céu está nublado) [premissa].

(b') Se (a temperatura está elevada), então irá chover. [de (a) e (b) por *Modus Ponens*

Conjuntivo]

(c) a temperatura está elevada. [premissa]

(d) Então irá chover. [conclusão por *Modus Ponens* de (b') e (c)]

Dessa feita, não haveria a necessidade de realizar a introdução do ' \vee ', como em:

a) Se o céu está nublado e a temperatura está elevada, então irá chover [premissa].

(b) O céu está nublado. [premissa]

(c) A temperatura está elevada. [premissa]

(d) (O céu está nublado e a temperatura está elevada). [premissa – introdução do 'e', de (b) e (c)]

(d) Então irá chover. [conclusão por *Modus Ponens* de (a) e (d)]

O que os autores querem demonstrar é que as regras de introdução não são necessárias, já que regras como *Modus Ponens* disjuntivo e conjuntivo podem realizar as derivações, de forma que, quando alguma informação apresenta-se na forma de um condicional complexo com conjuntivos ou disjuntivos, é certamente mais fácil termos acesso (na memória) a seus constituintes do que ao argumento em sua forma completa.

Tais regras, assim, facilitariam inferências sobre os constituintes, aumentando as chances de a informação processada interagir com as demais informações disponíveis ao mecanismo (informações armazenadas), de modo a gerar conclusões (cf. 1995, p. 100). Para Uchida (2007), porém, tal defesa é refutável, na visão de que as regras de introdução desempenham papel na dedução humana, embora não em contexto de enriquecimento semântico-pragmático. Ibaños (2008) posiciona-se de modo análogo a Uchida ao questionar a eliminação das regras de introdução em modelos pragmáticos. A argumentação da autora baseia-se na posição de Costa (2004) de que os processos inferenciais devem ser analisados na dependência das interfaces que se assume, de modo que os argumentos demonstrativos ou triviais mostram sua relevância quando abordados por tratamentos semânticos de proposições, cujo foco são argumentos livres de contexto, diferentemente do que ocorre em interfaces comunicativas que se detêm em argumentos-*token*.

Na busca por uma melhor compreensão dos processos interpretativos, em uma visão conciliadora entre os modelos, Ibaños (2008) assume a perspectiva de *acarretamentos* enquanto inferências válidas, na relação relevante entre lógica e linguagem natural para além do próprio mecanismo dedutivo, buscando avaliar o conteúdo semântico subjacente ao conteúdo contextualizado. Assim, dado que se tenha:

a) ‘Segan é solteiro’, necessariamente se terá: Segan é homem.

Ou, ainda, de:

b) ‘Nem todos foram ao colégio eleitoral’, tem-se: Alguns foram ao colégio eleitoral.

Argumentando igualmente pela pertinência de regras de introdução para a interface comunicativa, a autora faz referência ao uso natural do conjuntivo (\wedge) para propósitos argumentativos e para a veiculação de significados adicionais, como é o caso clássico de:

a) ‘Steve foi ao banco’ (P)

b) ‘Steve pegou o dinheiro’ (Q)

em que o conjuntivo adiciona uma informação pragmática na relação da ordem dos argumentos, de modo que $(P \wedge Q)$ ³⁶ dispararia a inferência de que Steve retirou o dinheiro e $(Q \wedge P)$ ³⁷, por sua vez, de que o depositou. Desse modo, tanto em uma abordagem griceana, na leitura de que a introdução de veritativos-funcionais resulta em significação adicional, como em modelos cognitivistas de raciocínio não trivial, as regras de introdução são justificadas pelas inferências geradas na interface comunicativo-cognitiva.

Trata-se, no entanto, de definirmos as interfaces³⁸. Do ponto de vista lógico do modelo, o mecanismo dedutivo humano operaria de forma a processar formas lógicas³⁹, aplicando um conjunto de regras de dedução sobre conteúdos representacionais. As propriedades lógicas das informações, assim, podem gerar implicações, contradizer-se e sofrer regras de dedução⁴⁰. A formatação dedutiva, desse modo, é parte do aparato interpretativo humano e entra em ação assim que um conjunto de informações advindas de diferentes fontes é processado, quer sejam de fonte linguística (informações obtidas por decodificação linguística), de fonte enciclopédica (informações conceituais estocadas na memória), de fonte perceptual (informações advindas dos sentidos) ou de fonte lógica (informações geradas pelo próprio mecanismo dedutivo) (cf. SPERBER; WILSON, 1995, p. 107). Não considerar a parte lógico-interpretativa do processamento de linguagem, dessa forma, é deixar de abordar um aspecto central do aparato pragmático humano.

Abordou-se, assim, o processo inferencial tendo em vista aspectos formais, através do mapeamento de fundamentos ligados à tradição lógica dos estudos inferenciais. Passemos, agora, a uma outra caracterização de tais entidades, avaliando a interface estabelecida com as ciências cognitivas, em que são construídas relações entre propriedades da linguagem e propriedades da cognição.

2.2.2 Da Interface Cognitiva

A interface cognitiva é talvez a menos explorada quando se trata de abordar o modelo griceano das implicaturas, de base mentalista. Desde Grice, há a defesa de uma

³⁶ Expresso em linguagem natural como: ‘Steve foi ao banco e Steve pegou o dinheiro’.

³⁷ Expresso em linguagem natural como: ‘Steve pegou o dinheiro e Steve foi ao banco’.

³⁸ Costa (2006, 2007a entre outros) organiza a discussão em termos de interfaces mapeadas. Ver Pail (2010) para ilustração dessa abordagem na interface formal.

³⁹ Isto é, estruturas bem formadas que são passíveis de operações lógicas determinadas pela própria estrutura (cf. SPERBER; WILSON, 1995, p.72).

⁴⁰ (cf. DIAS, 2009[2008], p. 27).

metarrepresentação⁴¹ por parte dos comunicadores, através do reconhecimento de intenções e de significações não codificadas, entre os interlocutores⁴².

Pela concepção da corrente pragmática griceana, a *cooperação* é vista como uma convergência mutuamente aceita no seio social, dado que as trocas comunicativas são suficientemente racionais para assumir e sustentar propósitos comuns (cf. 1989, p. 26-29). Os falantes, assim, possuiriam expectativas gerais e reguláveis em cada estágio da conversação, enquanto hábito social facilitador. A proposta racionalista centra-se, desse modo, em práticas ancoradas em objetivos, expectativas, evidências, contribuições e acordos mútuos. Nesse sentido, há um nível de consciência atuante, no que se refere à troca informativa.

Tendo em vista um novo aparato conceitual advindo da Psicologia Cognitiva, a comunicação passou a ser abordada em uma interface entre estruturas cognitivas – o nível de tendências inatas – e restrições linguísticas, tendo em vista a influência das gramáticas sobre as suposições construídas em relação ao conteúdo explícito e implícito.

A consideração que toma conteúdo intencional, conteúdo codificado e conteúdo implicado como informações de tipos diferentes, aliada à perspectiva de uma racionalidade humana que trabalha com cálculos mentais – mecanismos inferenciais – a partir de um conjunto de regras lógicas aplicadas a representações, derivou hipóteses acerca do processamento da linguagem e de sua eficiência em termos de decodificação, recuperação e integração de informações de diferentes fontes. Buscando, assim, caracterizar tal estrutura cognitiva subjacente aos mecanismos comunicativos, a Teoria da Relevância (1986, 1995, 2005) assumiu um modelo de processos mentais pressupondo pressões evolutivas positivas sobre a eficiência da cognição, baseada em uma arquitetura de mente modular, na adesão à hipótese da modularidade massiva⁴³.

⁴¹ Para Sperber (2000), a metarrepresentação relevante às análises dessa natureza é aquela que trabalha sob o *conteúdo* de representações. Diferenciando-se, assim: (a) João pensou em uma grande ideia. (b) João pensa que esta oportunidade é ótima.

⁴² Nesse contexto, a corrente conversacionalista (SACKS, 2005 [1964, 1972]) que surgiu dos estudos pragmáticos, bem como paralelamente a eles, passou a criticar os modelos racionalistas e computacionalistas da comunicação (cf. HUTCHBY, 2001; KASPER, 2009), que se posicionariam na interface natural das ciências da linguagem e da mente. Por computacionalismo, muitos teóricos, sobretudo linguistas e psicólogos, fazem referência à revolução cognitiva dos anos 50/60, deflagrada a partir dos trabalhos de Chomsky, no tratamento da mente enquanto dispositivo computacional que realiza cálculos lógicos e opera com mecanismos especializados (ver PINKER, 1997). A partir da noção de computacionalismo fraco ou implícito, Hutchby (2001) assume uma crítica aos modelos cognitivistas de tratamento da linguagem calcados em conceitos como intenções e estratégias.

⁴³ A TR assumiu um desenho de mente modular de proposta fodoriana, numa visão de que haveria mecanismos computacionais autônomos desempenhando tarefas específicas a cada domínio - como o da percepção visual, o da codificação linguística, etc.-, porém, a comunicação entre os módulos e o sistema de processamento central, com acesso a informações enciclopédicas e a integração das informações, foi inicialmente concebido como complexo. Uma segunda posição articulada, mais claramente descrita em Sperber (2001), defende que se trata de um sistema de modularidade massiva, em que cada módulo possui os mecanismos necessários ao processamento

Dessa forma, a Teoria da Relevância é vista pelos próprios autores como uma teoria da compreensão, tendo em vista seu aparato explanatório sobre como a mente seleciona e processa os *inputs* disponíveis, bem como sobre como os manipula na comunicação intencional.

Para Sperber e Wilson (2005), a compreensão linguística representa um submódulo especializado de leitura da mente. Um dos argumentos elencados refere-se ao fato de que a comunicação codificada, mais especificamente a comunicação linguística, é o meio mais rico para veiculação de informações, através da produção de evidências diretas de intencionalidade. Os autores assumem, griceamente, que as línguas são códigos (no sentido semiótico) que apresentam uma lacuna entre a estrutura semântica e o significado em contexto (cf. SPERBER; WILSON, 2008, p. 85), mesmo que o conteúdo linguístico subdetermine sua interpretação. Argumentam, também, que a função das línguas não seria a de *codificar* significados pretendidos, dada a eficiência do aparato cognitivo para a produção intencional de *evidências* de significados e para a sua interpretação.

De um ponto de vista cognitivo, então, todo fenômeno dessa natureza é lido pelo modelo como parte de um processo linguístico-interpretativo mais geral. Para os teóricos, segue-se que não há uma interpretação *default*, mas um procedimento inferencial *default*, em que expectativas de relevância geradas por estímulos ostensivos guiam o processo interpretativo. Os estímulos ostensivos, nesse caso, transmitem informações sobre um estado de coisas e sobre a intenção do comunicador de que tal estado de coisas seja veiculado - caracterizando os dois níveis informativos previstos pela teoria. O fato de o falante pretender ter sua intenção reconhecida (e fornecer evidências de tal intenção) indicia a existência de um mecanismo inferencial adaptado à compreensão.

Note-se que as informações são processadas em contextos e, variando os contextos, os sistemas tendem a retomar seu funcionamento na busca pelo menor custo interpretativo. Nesse caso, ainda que sensível à avaliação de conteúdos, tal postulado sugere um nível mais básico de processamento de informação, em que quaisquer *inputs* ostensivos processados serão processados de forma ótima, isto é, em uma relação custo/benefício.

Trabalhando a partir da noção de pragmática lexical⁴⁴, os teóricos da Relevância defendem que palavras ativam em algum grau potenciais implicações de conceitos codificados, em que estes têm como parâmetro um conjunto de valores, sendo acionado o conteúdo mais relevante em dado contexto. O conteúdo explícito já é, assim, o resultado do ajuste entre os componentes codificados e implícitos da interpretação.

Diferindo de Grice (1989), que assume a diferenciação entre dito e implicado, Sperber e Wilson defendem a visão de que há um *continuum* de significação e de que a própria interpretação do código requer um processo inferencial particular. Desse modo, o conceito de literalidade não é relevante dentro do modelo da relevância, como os próprios autores expressam (cf. WILSON; SPERBER, 2002). Pelo modelo, o aspecto central é o cálculo interpretativo realizado pelo ouvinte com base nas suposições disponíveis (leia-se, cognitivamente disponíveis). A codificação, nessa perspectiva, é apenas uma evidência da intenção do falante, e o conteúdo dessa evidência será inferencialmente reconhecido e processado pelos mecanismos lógico-dedutivos anteriormente mencionados.

Em suma, para Sperber & Wilson (2008), a interpretação é realizada *online*, isto é, constrói-se durante o ato comunicativo, sendo que as hipóteses interpretativas sobre os conteúdos explícito e implícito são desenvolvidas paralelamente (mais do que em sequência) e estabilizam quando mutuamente ajustadas, de modo a confirmar as expectativas de relevância do ouvinte. O processo interpretativo, assim, refere-se à possibilidade de convergência da interpretação do ouvinte com as intenções do falante, com base em evidências linguísticas e nas demais informações contextuais. Nesse processo, o ganho cognitivo é a alteração no contexto de suposições de um indivíduo, ou seja, em seu conjunto de representações acerca do mundo.

A cognição humana, por essa perspectiva, (de)codifica e processa inferencialmente *inputs*, de forma otimamente relevante, numa relação complexa custo/benefício. Tal relação é avaliada classificatoriamente e comparativamente. Em termos classificatórios, Sperber e Wilson assumem a relevância de um *input* quando da produção de efeitos cognitivos positivos:

Um efeito cognitivo positivo é uma diferença vantajosa na representação de mundo do indivíduo: uma conclusão verdadeira, por exemplo. Conclusões falsas não são posses vantajosas; elas são efeitos cognitivos, mas não são efeitos positivos [...]. (SPERBER; WILSON, 2005, p. 223).

⁴⁴ Deidre Wilson desenvolve um projeto sobre a temática na University College London. cf. <http://www.ucl.ac.uk/psychlangsci/research/linguistics/lexicalpragmatics/Project_Description> Acesso em: 20 nov. 2011.

Da mesma forma, os autores estabelecem duas condições de relevância, em termos comparativos, na relação esforço-efeito, tendo em vista contextos idênticos. Assim, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos, maior será a relevância de um *input*; analogamente, quanto maior for o esforço de processamento requerido, menor será a relevância de dado *input* (cf. op.cit., p. 225).

Nesse sentido, ainda que a tendência à relevância seja defendida como uma predisposição cognitiva de processamento de estímulos, sem que se possa garantir seu desempenho, uma visão positiva da arquitetura racional dos indivíduos está subjacente. A posição dos criadores da teoria é a de que *custo*⁴⁵ e *benefício*⁴⁶ são dimensões julgadas comparativamente e de modo intuitivo pelo indivíduo, do mesmo modo que os graus de relevância (cf. op.cit., p. 226).

O que Sperber e Wilson (1995) inicialmente defendem como sua tese central, o Princípio Comunicativo de que *todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua relevância ótima*, parece mais bem descrito como um subproduto do Princípio Cognitivo de Relevância, que prevê que *a cognição humana tende a ser guiada para a maximização da relevância*. Tal princípio cognitivo ancora o arcabouço lógico e comunicativo do modelo proposto, uma vez que o processamento das informações operará somente sobre suposições advindas do cálculo custo-benefício atuante que as selecione.

Ao posicionar-se cético ao desenho inteligente da racionalidade humana prevista por tal caracterização, Costa (2005a, 2005b, 2008) problematiza a sustentação de uma cognição que processa otimamente efeitos cognitivos positivos, apresentando casos que sugerem um desafio a tal defesa. Primeiramente, a noção de relevância pressupõe uma clareza descritiva das noções de *custo* e *benefício* e da avaliação intuitiva realizada pelos falantes e ouvintes nas trocas comunicativas. Costa (2005a), assim, elenca variáveis potencialmente envolvidas no cálculo referente ao *custo cognitivo*, quais sejam:

- a) processamento cognitivo;
- b) processamento fonológico/sintático/semântico/pragmático;
- c) grau de acessibilidade de contexto;
- d) grau de acessibilidade de memória lexical;
- e) grau de calculabilidade de inferências e

⁴⁵ O que envolveria fatores como complexidade linguística, complexidade lógica, acessibilidade da informação, acessibilidade do contexto, tempo de processamento, nível de atenção requerida, etc.

⁴⁶ O que, por sua vez, envolveria um conjunto de efeitos cognitivos, como implicações contextuais derivadas, fortalecimento, enfraquecimento ou contradição de suposições existentes.

f) grau de percepção de ambiente cognitivo.

Da mesma maneira, a noção de *benefício* seria igualmente complexa, na medida em que envolveria:

- a) grau de importância do conteúdo;
- b) grau de adequação, de conexão, de interatividade;
- c) compreensão de implicaturas;
- d) implicação contextual;
- e) benefício retórico;
- f) benefício cultural e
- g) benefício moral e psicológico.

Nesse sentido, o autor coloca sob suspeita a validade técnica da mensuração⁴⁷ custo-benefício da teoria, pela dificuldade de uma avaliação de cada um desses aspectos⁴⁸, na suposição de que mais de um podem concorrer ao mesmo tempo.

A crítica mais forte do autor, porém, se dá ao enumerar casos de irrelevâncias informativas que permeiam a comunicação diária, o que colocaria mais uma vez a noção relevância sob suspeita. Assim, o discurso amoroso e a conversa *light*, por exemplo, representariam evidências comunicativas de uma tendência que prevê baixo custo e também baixo benefício informativo.

As pessoas tendem, de fato, a ser relevantes; mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício. Na realidade, o princípio da inércia se impõe, ainda, em um sem número de situações, especialmente nas comunidades menos profissionais e em situações informais. Parece que a noção positiva de relevância, em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais. (COSTA, 2005b, 167)

Sperber e Wilson (2002) observam que em contextos de interpretações de enunciados isolados (construções artificiais), é a opção do menor esforço que rege a criação de possíveis contextos e a identificação de sua forma proposicional. Entretanto, tendo em vista contextos reais, os autores afirmam que o princípio do menor esforço é apenas um dos fatores envolvidos na avaliação de relevância.

⁴⁷ Um problema apontado por autores como Bach e Hamish, Clark, Levinson, Morgan e Green, Russell, como discute Vanin (2007).

⁴⁸ Ainda que de natureza qualitativa-comparativa e mesmo que mensurados por graus.

Na mesma direção, Vanin (2007), ao analisar filmes publicitários no que tange às trocas comunicativas entre as personagens e entre o filme e sua audiência, observa que, em muitos casos, os valores de efeito e esforço são mínimos, o que demonstraria a irrelevância informativa do processo, guiado muitas vezes por benefícios afetivos. Nesse sentido, argumenta favorável à Teoria da Conectividade Não Trivial (Costa, 2005a) na defesa de que, anterior à busca por relevância, haveria uma tendência mais básica para a conexão humana⁴⁹.

Rauen (2008), por sua vez, levando em consideração as críticas de Costa (2005b) sobre o peso do benefício emocional e da tendência à inércia no cálculo de relevância, busca resguardar o princípio cognitivo de relevância, porém regulando-o por duas variáveis, considerando o desgaste energético do organismo e um contexto de conhecimentos saturados. Duas são as defesas centrais do autor, cada uma relacionada a uma variável moderadora da relação efeitos-esforços cognitivos:

a) variável de exaustão: a cognição humana opera até um limiar⁵⁰ de dispêndio energético, de modo que, para além do limiar, os efeitos cognitivos não compensam seus esforços ou degradam as reservas energéticas do sistema; tal variável, assim, impossibilitaria a cognição de trabalhar em um contexto de relevância eterna, dado que as capacidades energéticas do organismo seriam exauridas.

b) variável saturação: a cognição tende a trabalhar na reiteração sucessiva de uma suposição que a torna mais forte ou mais factual até um limite em que esta passa a ser tratada pelo indivíduo como otimamente certa ou factual; para além desse limiar, uma nova repetição da mesma suposição deixa de ser saliente e é filtrada pelo organismo, posto que se torna irrelevante.

Nesse contexto, a argumentação de Rauen (2008) representa uma proposta de interpretação do princípio cognitivo da relevância em que o *esforço* desempenha papel fundamental, ao considerar a conservação das reservas energéticas de um organismo como um aspecto regulador básico. A regulação esforço-efeito está na leitura de que a cognição opera sob condições de estabilidade de suas suposições de modo que suposições tomadas como factuais e estáveis são relevantes até o momento que compensam seu esforço de processamento. O custo, assim, ainda se mostra fator decisivo:

⁴⁹ Conforme discutiremos adiante.

⁵⁰ Rauen (2008) faz referência a um ótimo de Pareto, em uma interpretação cognitiva análoga à noção econômica criada por Vilfredo Pareto, segundo a qual uma situação econômica ótima é aquela para a qual não é possível melhorar a situação ou a utilidade de determinado agente econômico sem degradar a situação ou a utilidade de outro agente econômico. A utilização do conceito de ótimo de Pareto na interface Linguística/Ciências Cognitivas, no contexto da Teoria da Relevância, é também vista em Hodara (2006).

A adoção da variável de saturação e do limiar de saturação é importante, porque pode fornecer explicação para a adesão dos seres humanos a rotinas habituais, sejam elas conscientes ou não. Para um organismo que, embora guiado para a relevância, poupa recursos energéticos, é importante que o contexto seja composto do maior número de suposições tomadas como factuais e estáveis. (RAUEN, 2008, p. 44).

Vemos, assim, o grande esforço feito para resguardar no modelo da relevância as condições técnicas necessárias à sua validade teórica e experimental. Em termos teóricos, no entanto, mostra-se necessário que os conceitos de *custo/esforço* e *benefício/efeito* sejam impactados por uma abordagem que integre os níveis natural e social, uma vez que o *benefício* parece uma noção complexa, sobretudo ligada a fatores da ordem do emocional e da interatividade. Considerando-se, assim, a pertinência da tese de uma direção cognitiva básica para conexão comunicativa, como defende Costa (2004, 2005a). Ainda que fossem tomadas as variáveis de exaustão e saturação como reguladores de um princípio cognitivo de relevância, benefícios sociais parecem estar em jogo, exigindo um refinamento maior do modelo proposto por Sperber e Wilson. Parecem entrar em questão, também, heterogeneidades do conceito de relevância, ora referente ao ato comunicativo, ora ao conteúdo dos *inputs*:

Wilson [2004] conclui que, quanto menos trivial o conteúdo de um enunciado, mais a audiência obtém relevância pelo conteúdo da proposição expressa pelo enunciado; e, alternativamente, quanto mais trivial o conteúdo de um enunciado, mais a audiência é forçada a olhar para o nível social ou interpessoal para obter a relevância pretendida. Isso explica, então, os enunciados fáticos. (RAUEN, 2008, p. 46).

Assim, a noção de relevância está atrelada à relação de *inputs* no contexto comunicativo, de forma que os *inputs* são vistos como pistas informativas, sendo seu conteúdo apenas umas das informações em questão. A Teoria da Relevância parte do pressuposto de que todas as informações manifestas são evidências para um cálculo interpretativo, mesmo que transmitidas de modo não intencional (a exemplo de informações relativas ao estado emocional do falante, ao sotaque, etc.); porém, só as informações transmitidas intencionalmente são o foco do modelo, já que se trata de calcular um conjunto de suposições pretendidas ou ainda de significados pretendidos pelo falante durante os atos comunicativos. Os efeitos cognitivos obtidos na comunicação trivial, porém, parecem se dirigir para questões mais sutis que complexificam a noção de significados pretendidos, já que se tratam de informações manifestas de várias ordens. Uma interação comunicativa, assim, pode se resumir em um conjunto de enunciados com baixíssima relevância informativa, cujo benefício mais evidente é o estabelecimento de conexão entre os falantes. O que se pontua é

que, conforme mencionado, a expectativa de relevância se aplica não somente a enunciados (ou a qualquer outro *input* ostensivo), mas também pressupõe aplicar-se sobre a própria enunciação ou ato comunicativo.

Pesquisas de interface buscam complexificar o escopo do princípio cognitivo suposto, de forma que as variáveis *custo* e *benefício* estão sendo tratadas no domínio de várias áreas, na direção de um quadro explicativo interdisciplinar. Nesse sentido, é relevante observarmos que benefícios emocionais ou retóricos, por exemplo, passaram a receber atenção dentro do arsenal teórico. Tal movimento deve-se à busca por modelos descritivos e explicativos em adequada tensão, que visam observar o fenômeno da racionalidade em sua complexidade, tendo em vista, sobretudo, as contribuições das ciências naturais advindas do forte aparato experimental, que proporcionam novas perspectivas sobre fenômenos já sob análise e predições sobre outros até então inexplorados. Com o grande volume de dados de natureza computacional, as teorias foram impactadas pela necessidade de adequação às pesquisas empíricas desenvolvidas, sendo o caso da Teoria da Relevância, que, nesse contexto, ainda que sofra críticas com relação à formalização lógico-computacional das variáveis *custo* e *benefício*, pode ter a possibilidade de ter tais propriedades testadas ao nível experimental.

Por fim, é pertinente salientarmos que, para Sperber e Wilson (1995, cap. 4), a linguagem tem como função essencial o processamento de informação⁵¹, não a comunicação, o que sugere que a interface mais forte da teoria é justamente a cognitiva. Como os autores expressam, tais atividades que necessariamente envolvem o uso da linguagem, como o armazenamento de informações, são de cunho cognitivo, o que não distinguiria a linguagem humana das demais linguagens animais e mecânicas. Para os autores, o fato de utilizarmos a linguagem como meio de comunicação não revela nada sobre a natureza da própria linguagem (cf. 1995, p.173). Ao mesmo tempo, eles defendem que nenhum outro sistema simbólico consegue servir tão precisamente aos propósitos comunicativos, pelas propriedades semânticas de sua gramática envolverem um nível de explicitude particular, já que as representações semânticas apresentam caráter discreto. Como resultado, é possível identificarmos o conjunto de suposições manifestas, fazendo com que interpretações concorrentes tendam a excluir-se mutuamente, caracterizando, desse modo, a forma mais forte de comunicação; o que torna a relação entre linguagem verbal e comunicação mais interessante a uma avaliação.

⁵¹ Bem como a memorização da informação (cf. 1995, p. 173).

Passemos, então, ao tratamento da interface mais tradicional nos estudos da linguagem, a interface comunicativo-social, que, em geral, assume a linguagem verbal como possibilitando a forma mais central de comunicação.

2.2.3 Da Interface Comunicativo-Social

Assumir a interface comunicativo-social equivale a assumir que uma das funções da linguagem é comunicar, função privilegiada nos estudos linguísticos desde Saussure⁵². Na tradição das teorias comunicativas, o modelo semiótico era o mais aceito, na perspectiva de que a comunicação era baseada na troca de códigos, de modo que sua efetivação era tida como a simples codificação e decodificação de conteúdos.

Temos, em Saussure (1916, p. 19), ao tratar do lugar da língua nos fatos da linguagem, uma descrição do processo comunicativo em que recorre ao circuito da fala; por seu modelo, através de estímulos físicos enviados e recebidos, manipulam-se “fatos de consciência”, isto é, conceitos. A descrição do mecanismo interpretativo dá-se a partir de um ponto de vista da Psicologia Social, estando restrita aos objetivos de seu paradigma investigativo. Nesse caso, o raciocínio realizado pelos comunicadores não figura como o núcleo dos questionamentos teóricos, tendo em vista que, para o estruturalismo, o ponto principal eram os códigos sociais.

Em uma interface formal dos estudos sobre comunicação, por sua vez, propostas como a Teoria Matemática da Comunicação⁵³ assumiram a transmissão e a captação de informação como aspectos centrais a ser desenvolvidos, sem preocupar-se com o conteúdo da informação veiculada. Com o desenvolvimento das ciências cognitivas, porém, relacionando aspectos sociais e computacionais, abordagens híbridas irromperam, passando a explorar um conjunto maior de propriedades generalizáveis da comunicação.

Como alternativa aos modelos de código vigentes, Grice (1967, 1975), na fundamentação de sua Teoria das Implicaturas, apresentou uma proposta de tratamento das condições que governam a conversação. Grice, desse modo, em um intento de caráter filosófico, trouxe sua contribuição ao se posicionar em uma abordagem inferencialista, ainda que no âmbito comportamentalista, do desempenho comunicativo humano. O filósofo apresenta um modelo em que a comunicação é regulada por um conjunto de convenções socialmente aprendidas, ao mesmo tempo em que centraliza o fato de que os falantes

⁵² E trabalhada por teóricos como Pinker (2007 entre outros), na interface com as Ciências Cognitivas.

⁵³ Proposta por Shannon, em 1948, e desenvolvida em coautoria com Weaver (cf. SHANNON; WEAVER, 1949).

trabalham sobre suposições acerca do raciocínio de seus interlocutores. Para ele, além de *dizer* um conjunto de suposições, o falante *indica* outro conjunto a partir do primeiro, com a intenção de que sua audiência reconheça seu intento comunicativo. O conteúdo ao nível do sugerido estaria no seu modelo conversacional essencialmente conectado a “certos traços gerais do discurso”, enquanto diretrizes comunicativas seguidas pelos falantes.

Tais diretrizes partem do princípio de que: a) há uma racionalidade subjacente a nossas trocas comunicativas e de que b) há uma direção cooperativa no comportamento comunicativo humano, traduzindo-se por propósitos comuns, por direções mutuamente aceitas, podendo ser inicialmente fixadas; ajustadas durante a comunicação; bastante definidas; amplamente indefinidas, sendo a direção típica da conversação casual (cf. GRICE, 1989, p. 26).

A comunicação, assim, é observada como um jogo conversacional, cuja observância e operabilidade é de base racional e cujo propósito é a troca de informações e a influência mútua dos participantes. Desse modo, cada falante se identifica com os interesses conversacionais transitórios (imediatos) do outro – mesmo que coexistam objetivos independentes e até conflituosos – e faz suas contribuições adequadas a esta dependência, sendo que a troca comunicativa chega a um fim normalmente quando ambas as partes estão de acordo. Assim sendo, durante a interpretação opera-se com evidências internas (como, por exemplo, contradição e ambiguidade ao nível da proposição) e evidências externas (traços contextuais que embasem a interpretação suposta), de forma que a interpretação refere-se ao conteúdo provável a vir à mente.

Por outro lado, em seu modelo comunicativo, Grice assume ‘a força convencional da expressão’, isto é, o caráter semântico da informação veiculada, em um viés literalista. A interpretação, nesse sentido, está relacionada a uma leitura da intenção do falante a partir do que é expressamente dito, partindo-se para o conteúdo sugerido através do conteúdo explícito, caso as informações expressas não satisfaçam as expectativas requeridas durante a transação conversacional – como prescreve o Princípio de Cooperação. Assim, ao dizer algo, o falante estaria implicando mais do que disse, caso o conteúdo sugerido fosse necessário para tornar a fala consistente com a suposição de que o falante está sendo cooperativo, sendo que ele e sua audiência partilham (esperam ou pensam) tal expectativa.

Grice, desse modo, diferencia o conteúdo implicado em tipos, estabelecendo duas classes de implicaturas, as convencionais e as conversacionais, estando estas subdivididas em generalizadas e particularizadas. Há, assim, as implicaturas geradas a partir do valor semântico das palavras no discurso, caracterizando as implicaturas convencionais; e as

implicaturas que propriamente sugerem a atuação de um princípio de cooperação relacionado às quatro máximas e a um trabalho racional de cálculo lógico, em que, além do dito, operam informações do contexto extralinguístico e itens do conhecimento prévio dos interlocutores.

As implicaturas conversacionais generalizadas referem-se aos conteúdos veiculados pelo uso das palavras em um certo arranjo, independentemente de contexto; diferentemente, há as implicaturas conversacionais particularizadas, geradas pelo enunciado em um contexto específico de uso. Assim, enquanto as primeiras implicaturas são inferidas pela intuição linguística dos falantes, as últimas dependem de um cálculo dedutivo. As implicaturas conversacionais generalizadas, no entanto, estão mais relacionadas à escolha das formas linguísticas e à estrutura das sentenças, assumindo ao mesmo tempo um caráter não convencional e independente de circunstâncias discursivas especiais. Imaginemos, assim, dois amigos discutindo sobre filmes os indicados ao Oscar, eis que um diz: “Eu assisti a este filme com uma amiga, é muito bom, mas não vai levar a estatueta”. Nesse momento, ele implicou *convencionalmente* que a qualidade da obra é critério justificável para uma premiação, a partir da utilização da conjunção adversativa ‘mas’. Igualmente, ele veiculou uma implicatura *conversacional generalizada* de que a amiga com quem foi ao cinema não é conhecida de seu interlocutor; tal implicatura decorre do fato de que o falante não foi suficientemente específico em sua referência, conforme “se poderia esperar”. Por fim, o amigo responde: “Se o filme é bom, realmente não levará!”; tal enunciado autoriza o interlocutor a inferir que o Oscar não premia bons filmes, caracterizado, assim uma implicatura diferentemente das demais, já que é obtida somente na relação do enunciado com o contexto particular da conversação, sendo denominada de implicatura *conversacional particularizada*.

O que é dito, mais o que é implicado, compõe, desse modo, o conteúdo conversacional intencionalmente pretendido pelo locutor e captado inferencialmente pelo interlocutor, na suposição de que há uma direção mutuamente aceita de cooperação atuando. Tal aparato seria, em última instância, adaptado para servir à troca máxima de informação.

Fazendo uma avaliação da tradição griceana no contexto dos estudos advindos da Psicologia Cognitiva, Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005) assumiram codificação e inferência como processos complementares e universais e desenvolveram um modelo calcado na suposição de que um princípio inato dirige o mecanismo interpretativo humano. Assim, a compreensão de *inputs* linguísticos e não linguísticos utilizados ostensivamente enquanto evidência direta de intencionalidade foi explicada a partir de um princípio geral de base cognitiva.

Entre as principais críticas dos autores ao modelo griceano, estão:

a) a compreensão do PC e das máximas como normas a serem obedecidas (uma vez que há implicaturas geradas pela expressa recusa de cooperação), além da indefinição da natureza (fundamentação lógica e psicológica) de tais noções;

b) o não esclarecimento da comunicação falha;

c) a falta de explicação acerca de como são selecionadas as informações para a construção das suposições;

d) a defesa da existência de um conhecimento mútuo (todos os itens são acessíveis a todos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isto ocorra);

e) a perspectiva literalista da significação, na diferenciação entre dito e implicado, este um processamento inferencial atuante. (cf. DIAS, 2009[2008], p. 20).

Assim, para Sperber e Wilson (1995) há uma outra perspectiva em relação a tais questões:

a) a busca pela relevância é uma característica natural da cognição humana, comparada a outras funções biológicas.

b) a não instauração de um ambiente cognitivo mútuo pode ocasionar falhas na comunicação, na medida em que há suposições que não são passíveis de representação para todos os envolvidos no processo comunicativo.

c) a cognição humana operará de modo a processar as informações que exijam o menor custo de processamento e que venham a gerar os maiores benefícios cognitivos.

d) a partir da produção e da interpretação de evidências, há representações mentais manifestas ao falante e ao ouvinte e a acessibilidade a essas informações também é uma suposição manifesta.

e) tanto o nível explícito da significação (o nível da proposição inferencialmente enriquecida, a explicatura) quanto o nível implícito envolvem um processamento inferencial.

Dessa forma, temos que, na pragmática da Relevância, há uma relação inferencial intrínseca entre suposições (conteúdos passíveis de representação mental), código (enquanto evidência linguística) e intenção do falante⁵⁴ (conteúdo representacional, embora não proposicional). A intenção do comunicador, que não pode ser percebida pelos sentidos ou decodificada, mas inferida a partir das evidências disponíveis, é o principal elemento do cálculo inferencial, de modo que a busca de sua interpretação ou representação é natural à cognição humana, tão logo haja um *input* ostensivo que dispare o processamento de

⁵⁴ No caso, a intenção do falante seria, nos termos da Teoria da Relevância, a intenção comunicativa, ou seja, a intenção de ter reconhecida a sua intenção de informar um conjunto de suposições.

informações. A comunicação, assim, é essencialmente inferencial, cujo objetivo é interpretar o significado do falante (2008, p. 87).

Delineada a arquitetura geral de modelos inferenciais que abordam o mecanismo interpretativo humano, a partir de fundamentos de cunho formal, comunicativo e cognitivo, passemos a abordar aspectos semânticos e pragmáticos das teorias, caracterizando as interfaces internas à Linguística.

2.2 DAS INTERFACES INTERNAS

Com base em um posicionamento perspectivista, assumimos as entidades teóricas como dependentes da abordagem construída. A caracterização defendida pressupõe compromissos interdisciplinares, de modo que nosso objeto é assumido como um fenômeno que relaciona variáveis de natureza diversa. Os fenômenos inferenciais dialógicos, assim, podem ser descritos a partir de relações internas a disciplinas de interface.

A Teoria da Relevância, em particular, representa um ambiente teórico privilegiado, pois é, ao mesmo tempo, uma teoria com compromissos linguísticos, no sentido de ilustrar e explicar o raciocínio humano em linguagem natural, abordando processos de desambiguação, atribuição referencial, enriquecimento de material elíptico, estreitamento ou alargamento de campo semântico, etc.; bem como apresenta compromissos cognitivistas, ao tratar de fenômenos do cérebro-mente, na assunção de princípios inatos e propriedades representacionais, e ainda apresenta compromissos lógico-computacionais dentro de modelo de arquitetura da mente. Nesse caso, em uma proposta de interfaces, tal teoria é internamente mapeável com todas as *subteorias* linguísticas (abordando dos sons ao discurso⁵⁵), com seu foco principal nas relações entre Semântica e Pragmática, no tratamento da significação do ponto de vista interpretativo. A Semântica e a Pragmática em questão são, desse modo, inferencialistas.

Por tal perspectiva, os processos inferenciais dialógicos são delineados genericamente por uma perspectiva que relaciona o nível semântico, das entidades linguísticas, ao nível pragmático, das entidades discursivas. As proposições, assim, são vistas como unidades complexas de interface.

Assume-se, nessa relação, a partir de Costa (2004), o princípio de que a estrutura inferencial da linguagem é caracterizada por uma base estrutural (sintática), por uma potencialidade representacional (semântica) e por sua usabilidade (pragmática), em que as

⁵⁵ O conceito de forma lógica está na interface entre Sintaxe/Semântica, por exemplo.

funções de identificação e classificação, unidas às funções sintáticas universais de sujeito e predicado, geram, em sua instanciação, a função pragmática fundamental⁵⁶.

Neste roteiro, o diálogo representa uma unidade comunicativa básica instanciada pela linguagem. Sua expressão universal é suposta na hipótese de que sua representação é o resultado de uma direção cognitiva do cérebro-mente para a interação comunicativa. A comunicação humana, portanto, já seria a expressão de uma tendência inata para a interatividade, na relação como uma gramática natural da linguagem. Essa hipótese denomina-se Princípio da Interatividade Comunicativa (COSTA, 2004). Tal instanciação pode ser abordada em relação aos argumentos gerados em linguagem natural, considerando sua base semântico-pragmática sob um ponto de vista inferencial. A interação dialógica é, assim, tomada como conjunto argumentativo, em que formas, conteúdos e contextos interagem.

Segue-se que a Semântica Linguística representa o contexto investigativo da base convencional da gramática de interface direta com a Pragmática, esta preocupada com a base comunicativa da linguagem. Tal roteiro, novamente, é construído em uma perspectiva de interfaces em que os argumentos são analisados em termos formais, no sentido de observar a sua validade dedutiva; em termos cognitivos, tendo em vista fenômenos e tendências de base inata e, do ponto de vista comunicativo-social, na observância de generalizações e particularidades de uso e de traços gramaticais (cf. COSTA, 2004).

As subteorias linguísticas, como assumimos, possuem trajetórias de interface bastante heterogêneas, de modo que já estão relacionadas a compromissos epistemológicos particulares. Assim, têm-se a Semântica Formal, a Semântica Cognitiva e a Semântica Linguística, cada uma assumindo compromissos particulares externos à Linguística.

A complexidade da interface Semântica-Pragmática enquanto subdisciplinas linguísticas é atestada através do tratamento cada vez mais próximo da significação da estrutura linguística e da significação de conteúdo contextualizado. Para a pragmática griceana clássica, há dois níveis bem delineados, o do dito e o do implicado. No primeiro nível, há informações extralinguísticas utilizadas apenas para atribuição de referência e desambiguação do conteúdo explícito, ademais, trata-se de informações pragmáticas, não ditas, mas implicadas ou sugeridas a partir do dito. Tal posição é tida como uma abordagem literalista da Semântica, como argumenta Recanati (2004), sendo extremamente atacada pelos contextualistas⁵⁷, como Sperber e Wilson (2006), na defesa de que, para que a proposição se

⁵⁶ Tal princípio está no escopo da Teoria da Conectividade Não trivial (COSTA, 2004).

⁵⁷ Há uma abordagem minimalista (ver BORG, 2007; CAPPELEN E LEPORE, 2005) que defende a existência de um conteúdo proposicional mínimo semanticamente expresso na independência de contexto; uma abordagem

constitua, isto é, tenha valor-de-verdade (regulação entre estruturas e estados-de-coisas), é necessário um enriquecimento via inferência.

Para Carston (2007), os linguistas têm clareza quanto ao fato de que se trata de dois domínios diferentes, sendo que o que não está claro é o delineamento desta distinção. Levinson (1983, 2000), por exemplo, contesta os dois níveis de significação defendidos pela tradição. Ancorado em Austin (1962) e outros, Levinson (2000) assume a posição de um terceiro nível inferencial, o das generalizações pragmáticas, do *default* inferencial, baseado em expectativas gerais sobre o uso da linguagem, na perspectiva de convenções linguísticas e interpretativas. Quanto a este terceiro nível, o autor prevê regularidades de expressão e de conteúdo, sendo as inferências em questão disparadas justamente pela escolha da forma do enunciado e de seu conteúdo, na relação com princípios gerais (heurísticas que restringem o universo de possibilidades interpretativas). Temos, assim, o *significado da sentença* (base semântica), o *significado do falante (token)*, sensível ao contexto) e o terceiro nível, o significado-tipo (nível das generalizações sobre classes de enunciados, de contextos, de interpretações, ou seja, o conjunto significativo de interpretações preferenciais).

A teoria pragmática foi caracterizada pelo conceito de *intencionalidade*, mais propriamente de *intenção do falante*, sendo esta compreendida como a significação *conversacional* típica. Dentro de um contexto dialógico, um conjunto informacional seria veiculado através do dito, e a interpretação deste capturaria o significado intencional do diálogo. Como observou Levinson (2000, p. 21), Grice tratou do significado como um composto, com seus diferentes níveis de significação, observando generalizações e particularidades da linguagem. A compreensão de que as informações do contexto são decisivas para a interpretação conversacional (entendendo-se por contexto a relação sentença-falante-situação comunicativa), como atestado pela propriedade de cancelabilidade das implicaturas conversacionais, relacionada à adição de premissas, levou a um amplo debate sobre a noção de *significado do falante*, pois uma grande quantidade de informações significativas estaria englobada por este conceito.

Como argumentam Levinson (1983, 2000), Sperber e Wilson (2008), Costa (2008[1984]), Bar-Hillel (1954), os contextos descritos são descrições ilustrativas; em termos cognitivos, são ilustrações de conjuntos de suposições ativadas; em termos linguísticos, são ilustrações sobre o ambiente linguístico e extralinguístico em que o enunciado é processado.

contextualista radical, na defesa de que o conteúdo proposicional é completamente sensível ao contexto, inexistindo um nível semântico independente de conteúdo pragmático; uma abordagem contextualista moderada que argumenta que há um conjunto limitado de expressões com sensibilidade contextual; entre outras correntes identificadas, como os Pluralistas dos Atos de Fala (cf. MACFARLANE, 2007).

Contexto, assim, vem a ser um dos conceitos mais controversos na história da Pragmática, tendo em vista a centralidade de sua função para os diversos modelos, e a diversidade de visões em relação a seu escopo. Não por acaso, há extensa literatura sobre o tópico (ver, por exemplo, BAR-HILLEL, 1970; LEVINSON, 1983, 2000; COSTA, 2008[1984]; SPERBER; WILSON, 2008).

Costa (2008, p. 38) trata da seleção de informações relevantes ao ato comunicativo na relação com a base lógico-significativa do enunciado. Sperber e Wilson (2008), por sua vez, a noção metodológica de contexto (como explorada por COSTA, 2008[1984]), em que se descrevem somente suposições relevantes aos cálculos supostos, de modo que o *contexto* se torna uma construção ilustrativa; igualmente, os autores da Relevância trabalham com o conceito de *ambiente cognitivo*, referindo-se a um conjunto de representações mentais tidas como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras e que são manifestas ou passíveis de representação para os interlocutores do ato comunicativo. Este último conceito é mais abrangente, já que, segundo o modelo, qualquer conteúdo processado já é processado em contexto cognitivo. Levinson (2000), por sua vez, argumenta que a dupla ordenada sentença-contexto, referente ao *significado do enunciado*, é problemática, tendo em vista as abordagens em que o próprio *significado da sentença* já está no nível pragmático (como é o caso da Teoria da Relevância); assim, ele endossa (a partir de Austin e outros) três camadas de significação: semântica, semântico-pragmática (proposicional) e pragmática.

Para a abordagem cognitivista de Sperber e Wilson, o conteúdo comunicado é todo aquele conteúdo tornado manifesto ao falante e ao ouvinte, tendo em vista expectativas de relevância atuando. Isso equivale a um conjunto potencialmente muito amplo, ainda que se considerem os graus de manifestabilidade. Na visão dos autores, a intencionalidade do falante direcionará os graus de manifestabilidade das implicações do enunciado, restringindo o quadro de suposições tornadas mutuamente manifestas; haveria, assim, um conjunto de informações fortemente e fracamente pretendidas, relacionado a intenções de igual força, bem como relacionado às capacidades do ouvinte para inferir tais informações. A intencionalidade, desse modo, é um conceito complexo, na medida em que envolve níveis informativos e o reconhecimento de tais níveis. Porém, na perspectiva dos autores elencados, a comunicação é obtida somente se houver o reconhecimento de intenções.

Como mencionado, defende-se, neste trabalho, que o tratamento dos processos inferenciais pode ser construído via interfaces. Assim, na interface lógica dos estudos da linguagem natural, são assumidas inferências necessárias e não necessárias, além de

inferências preferenciais ou *default*, que são não necessárias, mas independentes de contexto (LEVINSON, 2000).

Consideremos:

(A) Os jornalistas estão surpresos que a Copa do Mundo de 2014 será sediada no Brasil.

(A1) Os jornalistas não estão surpresos que a Copa do Mundo de 2014 será sediada no Brasil.

(A2) Os jornalistas estão surpresos que a Copa do Mundo de 2014 será sediada no Brasil?

Nesse caso, temos como inferência necessária que ‘haverá uma Copa do Mundo no Brasil em 2014’. As inferências desse tipo são independentes da atitude proposicional expressa⁵⁸. Assim, caso alteremos a atitude proposicional ou neguemos a proposição, as inferências permanecerão, conforme atestado. Tais inferências são denominadas de pressuposições (LEVINSON, 2001).

Temos, igualmente, acarretamentos lexicais por hipônimo/hiperônimo:

a) ‘Eu tenho um cachorro que é genial’ acarreta que eu tenho um animal.

Na abordagem de Levinson (2000), temos implicaturas ou acarretamentos enquanto inferências do enunciado-tipo, em que a Semântica linguística está na tensão com a Pragmática. Assim, assumindo-se escalas do tipo Horn (1989), dado

b) Todos os entusiastas saíram satisfeitos do cinema, alegando o filme ter sido ótimo,

acarreta-se que ‘alguns entusiastas’ saíram satisfeitos e que o filme foi ‘bom, mas não excelente’. É necessário pontuar que são acarretamentos semânticos lexicais, mas, como estamos na interface com a Pragmática, Levinson (2000) aborda tais inferências como dependentes da escolha do falante quanto à forma do seu enunciado, tendo em vista as propriedades semânticas escolhidas, dado o conhecimento sobre escalas como <nenhum, alguns, todos...> e <bom, ótimo, excelente...>. Para Levinson (2000), pode-se trabalhar com inferências preferenciais em termos de estrutura de contexto; assim, ao dizer que Messi fez três gols, implica-se que ele fez exatamente três gols, mas nada impede de dizermos que ele

⁵⁸ Isto é, da atitude do falante; do caráter atributivo do uso da proposição expressa, em que o falante, por exemplo, questiona, assevera, nega um conjunto proposicional.

fez três gols só no primeiro tempo, de modo que, no total, ele fez quatro gols. Mesmo assim, fazer quatro gols acarreta ter feito três gols.

Para a Sperber e Wilson (1995), a Semântica Linguística contribui para combinações do que é linguisticamente codificado e contextualmente inferido. Para os autores, cada item lexical tem seu domínio semântico definido *online*, tratando-se de relações inferenciais sobre conceitos que estão linguisticamente especificados na denotação de uma palavra.

Na interface com a Lógica, pela Teoria da Relevância, conforme já pontuado, o mecanismo dedutivo humano é dotado de um dispositivo que funciona de modo não trivial e não demonstrativo. Assim, na interface com a linguagem natural, podemos processar argumentos cuja validade não é atestada pela sintaxe lógica. Temos somente que ter o cuidado de separarmos propriedades lógicas de propriedades cognitivas, em se tratando de raciocínio lógico-dedutivo humano.

Na interface lógico-cognitivo-comunicativa, podemos observar fenômenos relacionados ao mecanismo dedutivo de interpretação preferencial, em que aceitamos cálculos cuja forma lógica é inválida, devido ao conteúdo de suas premissas. Desse modo, temos a seguinte forma lógica:

Modus Tollens $p \rightarrow q, \sim q | \sim p$

Ilustremos o argumento em linguagem natural:

a)

Se ele se lembrou do meu pedido, então ele trouxe o livro

$$p \rightarrow q$$

Ele não trouxe o livro, portanto ele não se lembrou do meu pedido

$$\sim q | \sim p$$

Inferência Inválida Falaciosa: $p \rightarrow q, \sim p | \sim q$

Ilustremos o argumento em um diálogo em linguagem natural:

b)

(A) Você já pagou a conta?

(B) O banco não estava aberto.

(A) Terá que pagá-la amanhã, então.

Raciocínio dedutivo subjacente:

Se o banco estivesse aberto, ele pagaria a conta

$$p \rightarrow q$$

O banco não estava aberto, logo ele não pagou a conta.

$$\sim p | \sim q$$

O diálogo, assim, ilustra uma situação dialógica corriqueira em que a interpretação de um argumento ao nível do implicado pode envolver uma forma lógica inválida. No caso acima, em termos formais, o cálculo é falacioso, derivando uma conclusão inválida, no sentido aristotélico, por se tratar de uma forma lógica quase válida, isto é, semelhante a uma forma lógico-dedutiva válida⁵⁹. Esse é o argumento formal para o seu processamento.

Em se tratando de conceitos mentais, além de regras lógicas envolvidas, há a ativação de conteúdo representacional, que pode ser constituído por suposições com alto grau de força em nosso sistema de crenças. No caso, a crença de que o lugar preferencial para (B) pagar a conta é o banco permite que o argumento processado tenha premissas e conclusão pragmaticamente válidas, embora inválidas no que se refere à forma lógica. Assim, através do julgamento do conteúdo das premissas, na ativação de suposições envolvidas, nossa cognição permite o processamento de falácias. Desse modo, o diálogo ilustra a situação em que (A) captou a inferência fortemente manifesta da resposta de (B), continuando a conversação sem objeção.

Buscou-se, em primeiro lugar, caracterizar as três grandes tradições que têm abordado os estudos da significação de ditos e implicados (cf. CARSTON, 2011): a filosófica (Grice), a linguística (LEVINSON, HORN) e a cognitivista (SPERBER e WILSON), pontuando que tais estudos podem ser tratados por uma perspectiva de interfaces; para tanto, é necessário traçar mapeamentos via subteorias envolvidas. A Semântica e a Pragmática são, pela perspectiva assumida, as duas subdisciplinas centrais para que o mapeamento se estabeleça, na observância do comportamento lexical e estrutural da linguagem, do conteúdo representacional envolvido, bem como das generalizações e variações contextuais. Uma semântica e uma pragmática inferencial são, desse modo, facilmente mapeáveis.

Do ponto de vista comunicativo, assumiu-se, com Grice (1989) e Sperber e Wilson (1995) a função comunicativa da linguagem. Para os autores, a leitura e a interpretação de

⁵⁹ Ver, entre outros, Costa (2001) para mais exemplos.

evidências maximiza a transmissão de informações, com impacto sobre as relações sociais, na consideração das possibilidades de interação futuras.

Do ponto de vista cognitivo, argumentamos, com base nos mesmos autores, que os enunciados criam expectativas sobre a significação pretendida pelo falante. Seguindo a abordagem proposta pela Teoria da Relevância, defendeu-se que há um conjunto de suposições construídas no curso da comunicação, cuja função última é a alteração do ambiente cognitivo dos envolvidos no ato comunicativo. Comunicamos intencionalmente, assim, para modificarmos e estendermos o ambiente cognitivo mútuo de nossos interlocutores, veiculando intenções, não apenas informações como qualquer outro meio de transmissão de dados.

Da mesma maneira, defendeu-se que há regras lógicas envolvidas no processo interpretativo e que os argumentos construídos no curso da comunicação são calculáveis.

Este capítulo, portanto, buscou contextualizar o fazer teórico linguístico em uma perspectiva de interfaces, tendo em vista que o tratamento de processos inferenciais envolve modelos que possuem pressupostos advindos de diferentes áreas. É desse modo que, na busca por uma maior compreensão de fenômenos que envolvem aspectos heteromórficos, são estabelecidas relações interdisciplinares.

Nessa perspectiva, tomado em relação às suas propriedades inferenciais, o diálogo é assumido enquanto objeto complexo, exigindo teorias de interface. O próximo capítulo, dessa feita, tem por objetivo avaliar a estrutura dialógica suposta, caracterizando as diferentes propriedades envolvidas.

3 DA NATUREZA DA INSTÂNCIA DIALÓGICA

No capítulo anterior, vimos que, no tratamento do processo comunicativo, há mecanismos lógicos e dispositivos cognitivos envolvidos, para além de generalizações comportamentais. Assim, o diálogo é um construto que não pode ser reduzido a regras inferenciais; contudo, como Grice, Austin, Searle, Popper, Lepore, Gazdar, Atlas, Sperber e Wilson, Levinson, Walton, Costa, destacamos o papel fundamental de tais processos na estrutura lógico-semântico-cognitiva da linguagem. Neste capítulo, então, objetiva-se caracterizar o objeto dialógico, considerando peculiaridades na interface natural e computacional em que é instanciado. Por interface natural, faz-se referência às trocas dialógicas *defaults*, copresentes, sem interferência de máquina, na relação entre cognições enquanto objetos do mundo natural. Por interface computacional ou digital, são assumidas as relações comunicativas entre interlocutores humanos mediadas pela Web, mais especificamente pela Web 2.0, caracterizando uma estrutura comunicativa complexa e um tipo de diálogo particular, afetado pelas propriedades multiformes do meio. Desse modo, contextualizaremos, inicialmente, o tratamento das questões referentes à estrutura dialógica e passaremos, logo após, para a caracterização de aspectos pertinentes ao diálogo natural e ao virtual-interativo⁶⁰.

3.1 POR UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA

O diálogo, desde a Antiga Grécia, constitui-se como uma forma de organização do raciocínio, de exposição de argumentos com vistas à discussão prática e teórica, bem como uma forma de persuadir e de estabelecer um papel político, além de possuir significação particular no discurso artístico⁶¹. Ao manipular força persuasiva e argumentos, o diálogo envolve uma sofisticada estrutura formal e de conteúdos, que foi explorada em termos teóricos desde Aristóteles, que tratou da forma argumentativa e de suas funções sociais. A ilustração da energia retórica dos diálogos é obtida nas obras de Platão, cuja quase⁶² totalidade encontra-se neste formato comunicativo universal.

⁶⁰ Assume-se a noção de virtual-*interativo* tendo em vista destacar a propriedade da interatividade, característica central da Web 2.0. Sabemos que todo o *diálogo* virtual pressupõe tal característica.

⁶¹ cf. Para uma maior contextualização do tratamento grego acerca do diálogo, ver, por exemplo, Pessanha (1987) .

⁶² À exceção de *Apologia*.

A instância dialógica, ao longo das tradições, foi caracterizada pela função de compartilhamento social, na condição de forma democrática por excelência, reguladora das relações, da constituição social e das tomadas de decisão⁶³.

Para Bohm (1996), o diálogo equivale à forma mais central de interação com o mundo, possuindo uma significação social, comunitária, em que o sentido emerge das relações livres: “Dialogue, as we are choosing to use the word, is a way of exploring the roots of the many crises that face humanity today⁶⁴ (BOHM; FACTOR; GARRETT, 1991). Para Buber, (2004 [1937]), o diálogo instancia a própria existência.

Walton (1989, 2007), por sua vez, dedicou-se à estrutura argumentativa em sua natureza dialógica, analisando esquemas de argumentação e observando seu papel em relação ao pensamento crítico. O diálogo argumentativo foi terreno investigativo privilegiado, tendo em vista sua importância social. Desde Aristóteles, os diálogos são vistos como o meio por excelência para a troca e a análise dos argumentos. Para Reed e Walton (2007, p.2) os esquemas de argumentação utilizados nas trocas conversacionais diárias objetivam o convencimento do interlocutor em relação às conclusões em jogo. O diálogo é, assim, o campo do confronto de argumentos com vistas à persuasão. Para a Teoria da Relevância, de modo semelhante, comunica-se ostensivamente, em última instância, para modificar as representações de mundo do seu interlocutor.

Nesse sentido, Grice é reconhecido por trazer esclarecimentos sobre a natureza da conversação, caracterizando seus princípios reguladores mais gerais, em termos sociais e lógicos. No entanto, Walton (2007, p. 23) argumenta que a tradição griceana ficou em débito com uma tipologia de trocas conversacionais, já que Grice não tratou de objetivos e regras particulares a certos tipos de diálogo. Ambos os teóricos, porém, analisam o diálogo tendo em vista a organização da argumentação racional e as intenções dos participantes. Para Walton, a argumentação é utilizada para contribuir com o objetivo do diálogo, na leitura de uma tipologia dialógica em que há uma situação inicial, objetivos dos participantes e objetivos da troca dialógica.

Tendo em vista que há particularidades no processamento inferencial em relação à comunicação dialógica natural e virtual-interativa, passemos a esta caracterização.

⁶³ Inúmeras abordagens foram propostas ao longo do século XX e considerando-se a interface com a literatura, destaca-se a abordagem do Círculo de Bakhtin sobre o ‘dialogismo’, centrando-se em diálogos literários na observância de fenômenos como Polifonia.

⁶⁴ “Diálogo, como estamos optando utilizar a palavra, é uma forma de explorar as raízes das muitas crises que a humanidade enfrenta hoje” (Tradução da autora).

3.2 DO DIÁLOGO NATURAL

A própria teoria pragmática, com seus aparelhos teóricos na direção de descrever e explicar a compreensão e a veiculação de informações por meio da linguagem contextualizada, valeu-se de construções dialógicas enquanto formato conversacional padrão, descrevendo a forma de raciocínio comunicativo. No diálogo típico, o produtor está interagindo diretamente com o seu interlocutor, de modo que as intenções, emoções e demais informações manifestas podem ser alteradas *online*, possibilitando, assim, uma tomada-de-decisão momentânea.

Tanto na interface com as ciências naturais, como produto do cérebro-mente, quanto na interface com as ciências sociais, enquanto sistema cultural, a linguagem é compreendida como a serviço da conectividade dialógica. Tal defesa equivale a dizer que a identificação de intenções e o processamento e compartilhamento de informação estão no centro de um processo de conexão físico-mental. No modelo apresentado por Costa (2004), observa-se:

a) a defesa de Chomsky de que a espécie humana distingue-se das demais pelo mecanismo de linguagem especializado, dado que sua linguagem é recursiva, dotada da propriedade especial da discreta infinitude, centro da criatividade linguística da espécie e,

b) a existência de sistemas de comunicação no reino animal, de modo que a propriedade da *interatividade comunicativa* pode ser tida como uma propriedade mais geral e básica, estando numa relação de instanciação com a propriedade da linguagem, esta entendida enquanto mecanismo complexo, na relação entre uma base estrutural, um potencial representativo e princípios de usabilidade.

Assim, defende-se que o sistema não é independente de suas funcionalidades e se pode pensar em argumentos a favor da tese de que a função dirigiria o mecanismo⁶⁵.

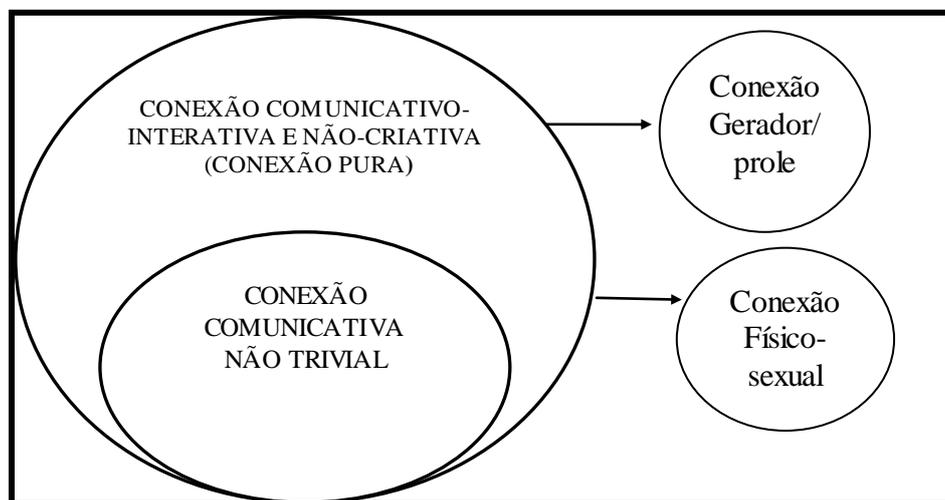
Seguindo o modelo científico de criação, corroboração ou refutação de hipóteses abduativas – o hipotético-dedutivo (Peirce, 1977), também utilizado por Chomsky – tem-se a noção de *conectividade não trivial* tal qual proposta por Costa (Princípio da Conectividade Não Trivial, 2005a). Tal noção encerra a ideia de que haveria uma tendência cognitiva inata para a conexão comunicativa entre os seres humanos, conexão essa interativa e criativa. Para Costa, tal princípio se expressa através de uma linguagem especial, humana, e representa, de maneira geral, compromissos informativos não redundantes (2004, p. 13). O autor problematiza dois aspectos da questão:

⁶⁵ Fazemos referência às diversas propostas funcionalistas segundo as quais a linguagem evoluiu tendo em vista pressões comunicativas, numa tensão entre forma e função (ver, por exemplo, Pires de Oliveira (2009)).

a) seria estranho supor que o Homem estivesse dotado de uma capacidade linguística sem, porém, uma capacidade para seu compartilhamento, e

b) seria estranho haver formas de comunicação naturais aos animais, e a espécie humana ficar alijada de um mecanismo cognitivo para tal fim, estando a cargo da contingência todo o sofisticado aparato comunicativo característico da estrutura social da linguagem. Desse modo, na perspectiva do autor, a tendência para a conexão comunicativa humana deve ser entendida em paralelo a outras formas de conexão, como, por exemplo, a físico-sexual, enquanto um subconjunto de uma forma mais específica própria dos animais em geral:

Quadro 1 – Conectividade Não Trivial



O debate teórico sobre as origens evolucionárias da linguagem apresenta de um lado o quadro em que a maior parte das espécies animais teria desenvolvido a comunicação (utilização de sistemas semióticos) e não a linguagem⁶⁶ - no sentido de um sistema sintaticamente recursivo, independente de estímulos externos⁶⁷ e basicamente associativo -,

⁶⁶ Este debate envolve o argumento de Chomsky, Hauser e Fitch (2002, 2005) de que a faculdade da linguagem possui um órgão próprio no cérebro-mente, caracterizada pelo sistema sensorio-motor, o conceitual-intencional e mecanismos computacionais pró-recursão; em sentido estrito, porém, apenas a recursão é tida como a propriedade central e especificamente humana da faculdade da linguagem, sendo seu componente computacional.

⁶⁷ Para uma visão sobre os estudos de sistemas linguísticos no reino animal, ver Fischer (2009), sobretudo quanto às controvérsias entre práticas simbólicas e associativas.

enquanto o *Homo sapiens sapiens* teria desenvolvido a propriedade da linguagem por meio de pressões exaptativas, isto é, não lineares, vindo a desenvolver a comunicação complexa⁶⁸.

A hipótese mais radical é a de que o conhecimento da linguagem seria independente de suas funcionalidades comunicativas, não tendo sido gerado por ela. Nessa perspectiva, os seres humanos teriam estruturado a organização sócio-comunicativa via comunicação, sendo a instanciação pela linguagem uma contingência, já que esta serviria em última análise para propósitos biológico-evolutivos – um processo acidental e longo⁶⁹.

Para Pinker e Jackendoff (2005), a linguagem está relacionada a compromissos evolutivos lineares, dentro de uma visão darwinista clássica de seleção natural, em que o mecanismo linguístico é um dispositivo adaptativo para a comunicação. De qualquer modo, parece que o mais relevante é analisarmos o mecanismo mental subjacente e sua inserção na interação comunicativa, tendo em vista que a interação é um processo natural e necessário e a interação comunicativa via linguagem é um processo cultural central na espécie humana. Notemos que, nesse quadro, enquanto a conexão comunicativa é uma propriedade dos animais, a conexão linguística seria uma subpropriedade do Homem. Tal propriedade cognitiva humana derivada permite, em ambos os casos, um tratamento conciliatório entre funções biológicas e sociais. A linguagem, no sentido de faculdade ou conhecimento (HAUSER, CHOMSKY e FITCH, 2002, 2005; PINKER e JACKENDOFF, 2005), possibilita sistemas linguísticos evolutivos autônomos, as línguas naturais. Ao mesmo tempo, ela garante a perpetuação e a evolução da espécie, pelo seu aspecto central na satisfação de um princípio cognitivo básico:

(1) Há uma tendência cognitiva para a conexão comunicativa.

O Princípio da Conectividade Não Trivial (Costa, 2004, 2005a), então, dentro desse contexto comunicativo-evolutivo, derivaria o Princípio da Conectividade Dialógica:

(2) Há uma tendência cognitiva para a comunicação dialógica.

⁶⁸ Em algumas interpretações, o *Homo erectus* já havia desenvolvido a propriedade do pensamento simbólico, evidenciada pelo cogitado uso de proposições condicionais em sua *linguagem*, devido à sofisticação da organização (migração, uso de ferramentas, caça) de tal espécie (cf. FISCHER, 2009, p.49).

⁶⁹ Há diferentes interpretações para o surgimento e desenvolvimento da linguagem humana. Stephen J. Gould (2002) defende os processos exaptativos; isto é, processos de evolução não linear, em que funções biológicas são adaptadas de pressões seletivas de ordem diversa à da função que a originou. Para Maturana e Varela (2001), tratou-se de um acoplamento estrutural, possibilitado pela riqueza plástica do sistema nervoso e pela congruência à contínua transformação do meio, ou seja, pelo resultado de interações selecionadas à conservação dos organismos, à adaptação.

Como se pode notar, (2) é apenas um desdobramento lógico de (1), não sendo necessária a sua expressão formal, pois já se está assumindo, conforme dito inicialmente, que o diálogo é a unidade comunicativa básica. Dessa forma, toda a comunicação poderia ser reduzida à comunicação dialógica. Dito de outra maneira, toda a expressão da comunicação pode ser reduzida a sua forma dialógica, assumindo-se que esta é a forma comunicativa por excelência. A linguagem, por tal perspectiva, possui um tratamento biológico e social compatível, de modo que a comunicação é vista como biologicamente fundamental no quadro evolutivo, dada a tendência biologicamente motivada de conexão comunicativa. Nesse sentido, tal motivação parece relacionar-se a outras intimamente ligadas à preservação, como a necessidade de compartilhar informações, de expressar intenções e emoções e de tomar decisões compartilhadas. Estando na base da conectividade dialógica humana e na relação dos seres humanos com o restante do ambiente, a linguagem é uma ferramenta cognitiva complexa, analogamente a outras propriedades dos organismos.

Por esse modelo, a gramática assumida segue a defesa de Chomsky de que a linguagem humana possui uma faculdade especializada no cérebro-mente que se expressa por um conjunto de regras universais. Para Costa (2004), porém, esta gramática universal teria uma propriedade sintático-semântico-pragmática, de modo que a estrutura é afetada por sua potencialidade representacional e usabilidade. Assim, similarmente às funções sintáticas de sujeito e predicado, o autor defende que identificação e classificação são funções semânticas básicas, articuladas às primeiras e à expressão dessa dupla-ordenada numa dada situação – uma função pragmática fundamental para a competência comunicativa.

Sendo expressão de um conhecimento linguístico, a estrutura significativa da forma dialógica envolve aspectos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Tais aspectos seriam articulados em quatro níveis:

- a) Dito Explícito: conteúdo ativado pela proposição codificada;
- b) Dito Implícito: conteúdo semântico pressuposto pelo contexto construído *online*; não expresso no código, mas assumido pelos interlocutores como tal para que a proposição tenha condições de comunicabilidade;
- c) Intencional/emocional: conteúdo pretendido pelo falante;
- d) Inferencial: conteúdo derivado de um cálculo premissa/conclusão feito pelo falante/ouvinte.

A Semântica Linguística, na abordagem da Teoria Linguística do Diálogo, envolve um conjunto particular de princípios que governam a aceitação ou não de proposições de uma

gramática. Assim, temos que distinguir *condições-de-verdade* de *condições-de-veracidade*, dentro de uma proposta que distingue a Semântica Formal da Semântica Linguística, de interface social. Tomemos o seguinte exemplo:

(1) Há um rato na cozinha.

Uma semântica de *condições-de-verdade* descreve a proposição do seguinte modo:

Evidentemente nós podemos não saber se há ou não um rato na cozinha, mas nós certamente sabemos dizer em que situações a sentença (1) seria verdadeira. Este conhecimento é semântico (e, portanto, gramatical) em sua natureza: ele faz parte do nosso conhecimento do significado de (1). Esta definição se apoia no fato de que se alguém não conhece as condições sob as quais uma sentença é verdadeira, não conhecemos seu significado (MÜLLER; VIOTTI, 2003).

Claramente, a Semântica Formal prevê uma relação de referência entre proposições e estado de coisas, no sentido de uma correspondência entre a linguagem e algo que está fora dela. Pela abordagem proposta pela Teoria Linguística do Diálogo, em uma outra interface, diríamos que, ainda que o falante tenha consciência de uma possível relação entre proposições e um estado de coisas, ele, na comunicação diária e trivial, ou seja, em contexto dialógico, apenas crê na veracidade dessa relação em termos linguístico-comunicativos, não buscando uma conciliação maior entre a linguagem e o mundo – no sentido de condições de verdade que determinam a significação. Reitera-se que estamos na interface comunicativo-social, regida por outros princípios que não a validade dos argumentos em termos formais.

Segue-se, assim, que a boa formação linguística, o conteúdo consistente (não redundante e não contraditório) e adequado (na relação com as demais informações disponíveis) formam o conjunto de pressupostos ou restrições para as condições de veracidade (compreensão) e as consequências comunicativas derivadas (entre outras de outra ordem)⁷⁰.

Assim, paralelamente a uma interpretação formal segundo a qual é pertinente para o significado de *a neve é branca* que a proposição seja *verdadeira* se e somente se *a neve for branca*, assumiremos que é central para a comunicabilidade de *a neve é branca* que o conteúdo seja *veraz* se e somente se ele for *compreensível* sintático-semântico-pragmaticamente pelo interlocutor, ou seja, que este aceite esse conjunto de suposições como *veraz*.

⁷⁰ Para Chomsky (1975, p. 7-8), aceitabilidade é um conceito no âmbito da teoria do desempenho, na visão de que as sentenças são aceitáveis – sob circunstâncias particulares – se são suficientes, apropriadas, adequadas aos propósitos momentâneos, envolvendo fatores para além daqueles no âmbito de uma gramática de competência.

Porém, é válido ressaltar que para a Lógica Formal, a noção de *verdade* atrela-se à verdade da *sentença lógica* e não ao conteúdo da sentença, estando dentro de modelos teóricos puramente semânticos, livres de contexto. Desse modo, somente as sentenças passíveis de tratamento pelo modelo seriam objeto de investigação. A noção de *condições-de-veracidade*, assim, é uma noção estabelecida na *interface interna* entre Semântica (conteúdo de proposições) e Pragmática (conteúdo de enunciados). Nesse contexto, compreende-se que os enunciados são processados nas trocas comunicativas pois são *verazes*, isto é, são interpretados pelos interlocutores pelo seu potencial ou valor comunicativo, em função de condições lógico-linguístico-discursivas que geram argumentos multifórmes e que possibilitam a continuidade da Conexão Dialógica. Dessa feita, temos que:

- a) Condições de verdade ‘V’ implicam relações entre proposições e estados de coisas:
‘p’ é V sse p’. (TARSKI)

- b) Condições de veracidade ‘v’ implicam relações entre interlocutores:
‘p’ é v sse A e B aceitam que p’. (COSTA)

Podemos, então, reavaliar o enunciado, agora em contexto dialógico:

(2)

Maria diz: Há um rato na cozinha.

José diz: Tomara que não tenha roído meu pão.

Maria diz: É isso que você me diz nessa hora!

Esse diálogo pode ser enquadrado na forma dialógica afirmação/comentário/réplica. No caso, Maria restringe o ato inicial dialógico com uma afirmação/observação direcionada para seu interlocutor. Trata-se de uma sentença que possui valor comunicativo dentro de uma gramática, uma vez que é sintaticamente reconhecível e semanticamente consistente. Assim, paralelamente ao *dito explícito*, Maria carrega a intenção e ao mesmo tempo implica a expectativa de um comentário sobre o tópico por parte de José. Para que o diálogo se efetive, José deve não somente decodificar o *dito explícito*, mas processar o *dito implícito*, isto é, a proposição com valor de informatividade e veracidade, qual seja, ‘neste momento, há um rato na cozinha deste local em que nos encontramos’.

Para uma teoria que trabalhe com a noção de *explicatura*, tais informações *anexas* ao conteúdo codificado são completadas ou recuperadas pelo contexto comunicativo via

inferência, ou seja, através de cálculo dedutivo. Na abordagem da Teoria Linguística do Diálogo, esse conteúdo não é veiculado inferencialmente, sendo antes pressuposto pelo *dito explícito* e assumido *online* pelos interlocutores – na hipótese de que um princípio de relevância esteja atuando. Assim, entre duas proposições de mesmo dito, a de menor explicitação é mais relevante, assumindo-se que a codificação semântica do enunciado é determinada por leis de economia.

Desse modo, José, por hipótese, capta a intenção dialógica de Maria de que ele deve tecer um comentário, e também a possível intenção comunicativa de que ele deve agir. Mesmo que José possa verificar se empiricamente há um rato na cozinha, ele apenas se conecta a um diálogo com Maria, assumindo que seu comentário é veraz, e profere a sentença *tomara que não tenha roído meu pão*. Na sequência do comentário de José, Maria faz uma réplica, não apenas demonstrando o igual entendimento sobre o *dito implícito*, mas também sobre as intenções manifestas.

Tendo em vista tais propriedades, passemos a caracterização de uma nova forma de interação dialógica, o diálogo virtual-interativo.

3.3 DA ERA DIGITAL: O VIRTUÁLOGO

Após abordarmos a natureza da estrutura dialógica, faz-se necessária a consideração do diálogo virtual-interativo ou Virtuálogo (COSTA, no prelo; COSTA e DIAS, 2011), expressando a grande forma de interação dialógica de massa. As cognições humanas, na atualidade, estão aproximadas via linguagem multiforme, compartilhando, em uma rede social virtual, um conjunto cada vez maior de informações.

As redes sociais virtuais, centradas na interatividade, são notadamente reconhecidas em softwares como o Facebook e têm conquistado forte atenção acadêmica interdisciplinar. O conceito de *redes sociais*, no entanto, é anterior à *revolução digital 2.0* e faz referência ao modo de organização dos sistemas, tendo em vista seu conjunto de objetos/atores e suas relações e mapeamentos (cf. WASSERMAN; FAUST, 1994). As comunidades virtuais são igualmente conhecidas desde a década de 80, estando no centro das interações possibilitadas pelo sistema de documentos em hipermídia conhecido como Web, através da Internet. Assim, na literatura da área, coloca-se uma problematização conceitual entre *comunidades virtuais* e *redes sociais*, destacando nesta a centralidade do ator social e de suas relações e, naquela, a

centralidade dos acordos e compromissos com a própria comunidade, sendo as relações com o coletivo o foco primário (cf. HOWARD, 2010).

O interesse deste estudo, porém, está na perspectiva de uma instância dialógica atuante, na leitura de que tais organizações só existem pelas relações comunicativas construídas; desse modo, assumiremos o conceito de redes sociais ou comunidades virtuais enquanto um conjunto genérico de relações comunicativas estabelecidas entre pessoas conectadas cognitivamente via Web⁷¹.

Nesse sentido, as redes sociais virtuais são índices de interatividade dialógica em grande escala. Yus (2011, p. 154) recorre a um texto publicitário espanhol “o importante é poder falar”, para se referir a tal fenômeno social, apontando como a principal razão de tal comportamento o fato de que os usuários querem poder conversar independentemente de sua localização física. Tal desejo por interação dialógica é entendido aqui como resultado de um princípio cognitivo inato atuante, o Princípio da Conectividade Não Trivial (COSTA, 2005a).

Na defesa de que as distinções conceituais são dependentes das abordagens e avaliadas na relação com os modelos assumidos, a distinção entre *diálogo natural* e *diálogo virtual-interativo* é uma construção teórica assumida neste trabalho como relevante, na perspectiva do impacto dos meios sobre o processo comunicativo. Defende-se, assim, em uma leitura de McLuhan (1964), que os diálogos naturais representam uma forma de interação particular, regulada *online* pela proximidade física e pelas demais informações do ambiente físico e cognitivo; os diálogos virtual-interativos representam, nessa perspectiva, uma interface dialógica complexa estabelecida entre os indivíduos, pois, além da mediação de máquinas, há uma rede digital que gera informações e conexões particulares ao meio virtual. Para além do grande conjunto de informações heteromórficas obtidas no processo de comunicação em tal meio, também estão disponíveis aos interlocutores informações do contexto não virtual, o que expande e complexifica o ambiente cognitivo construído.

O critério da mediação por máquina, assim, permite que se englobe no conjunto de diálogos virtuais desde os via celulares e outros dispositivos móveis, até os diálogos via computadores conectados a comunidades virtuais. Sabemos, no entanto, que cada tipo de diálogo ou conversação possui particularidades próprias de interferência dos meios, havendo pesquisas específicas para os desencadeados em cada mídia⁷².

⁷¹ Há conceitos como *Computer-Mediated Communication* (Comunicação Mediada por Computador) e *Web-Mediated Communication* (Comunicação Mediada pela Web), que fazem referência, respectivamente, à comunicação estabelecida entre humanos via computador conectado à Internet e à comunicação estabelecida entre humanos através de sites da Web.

⁷² Sobre discurso de blogs e Wikis, ver Myers (2010).

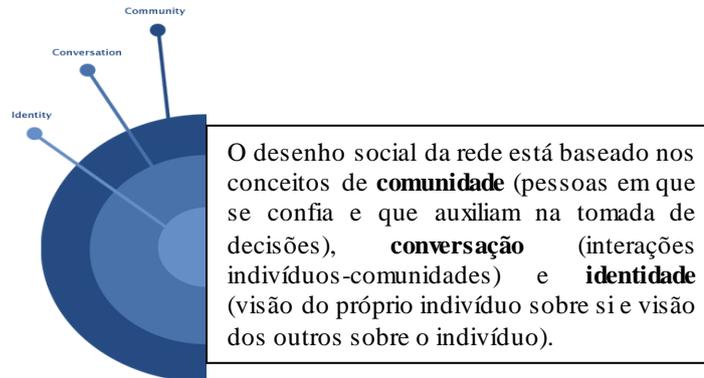
No entanto, o diálogo presente em redes sociais virtuais é aqui destacado, porém, pois representa uma forma de comunicação altamente complexa, pelo grande número de variáveis adicionadas ao processo comunicativo, entre eles a quantidade de interlocutores, de turnos e de atos dialógicos simultâneos; a dinamicidade e a variedade de meios e *inputs* envolvidos. Os virtúalógicos, assim, apresentam características do processamento inferencial em contexto natural, como também apresentam complexidades próprias. Como característica relativa ao novo contexto, citemos a direção informalista da comunicação escrita na Cultura Digital, evidenciada através da identificação de marcas linguísticas do discurso escrito nas redes sociais⁷³ (COSTA e DIAS, 2011). O entrecruzamento escrita-oralidade é visto, desse modo, como resultado de processos pragmáticos que interagem nesse tipo de comunicação dialógica complexa.

O diálogo virtual-interativo é, então, dinâmico, regido por uma interação em larga escala de interlocutores com uma intercalação de turnos de fala, sendo que as proposições envolvidas são interpretadas como verdadeiros atos dialógicos (convites, xingamentos, pedidos, etc.), em uma extensão dos diálogos naturais. Trata-se de uma fala escrita ou uma escrita falada, caracterizada por aberturas e fechamentos constantes, redundância ou pouca informatividade, expressividade no âmbito da forma (visualidade e sonoridade), expressividade emocional, alto grau de conectividade (entre pessoas e meios), diminuição da necessidade de evidência direta codificada. Nas novelas, nos telejornais, no cinema, por exemplo, o discurso é construído para um interlocutor virtual; em sites de interação-virtual, as relações entre virtualidade e não virtualidade mesclam-se, regulando *online* o processo comunicativo.

A leitura de intenções, no entanto, como em qualquer ato comunicativo, dirige o processo dialógico, que é complexificado por um potencial ambiente cognitivo mais amplo, tendo em vista a produção dinâmica de evidências diretas (*inputs* verbais, na concepção da Teoria da Relevância) e indiretas (*inputs* não verbais e comportamentos entendidos como não comunicativos, isto é, cuja intenção comunicativa não foi tornada mutuamente manifesta).

⁷³ Sobre essa questão, foi aceita, para a SBPC 2011, a proposta intitulada Virtúalógico: revisitando o diálogo clássico na cultura digital, cujo resumo está disponível em: http://www.sbpnet.org.br/reunioes/goiania/inscitos/resumo_view.php?a=MTU5OA==&b=MTg0MQ==.

Figura 1 - Desenho Social do Facebook



Fonte: Facebook. *Desenho Social*. Disponível em: <<http://developers.facebook.com/socialdesign/>>.

Em relação ao jogo dialógico, podemos caracterizar uma intencionalidade complexa atuante:

1. [Contexto situacional: A e B foram a um show. Eles dialogam via rede social.]

(A1): Nossa, C!!!

(B1): Sim, sem palavras!

(C1): O quê? ☹☹

(A2): O show de ontem!

(C2): Ahhhh!

(D1): Eu queria ter ido :(

(E1): Boiei oO

(F1): Foi D +!

[Intenções de A:

- 1 intenção de conectividade entre A e B: manter a aproximação;
- 2 intenção emocional inicial: revelar sua felicidade;
- 3 intenção informativa: tornar manifesto que gostou do show;
- 4 intenção comunicativa: informar a intenção de que os demais reconheçam suas intenções iniciais.

[Intenções de (B): B, por sua vez, compreendendo a cadeia intencional manifesta, é cooperativo com A, ao também fazer um comentário.]

- 1 intenção de conectividade: manter a relação;
- 2 intenção emocional inicial: compartilhar da felicidade;
- 3 intenção informativa: tornar manifesta a satisfação comum;

4 intenção comunicativa: tornar mutuamente manifesto que compreendeu as intenções de (A);

5 intenção emocional final: convergência e conexão dialógica.

Para além, todos os demais participantes da rede, ao processarem as informações manifestas, estão potencialmente inseridos no jogo comunicativo desencadeado. Assim, *online*, vão construindo-se diferentes ambientes cognitivos mútuos, “possibilitando que haja a constante reformulação de hipóteses e que a manifestabilidade de determinada intenção entre dois ou mais falantes possa não ser captada pelos demais interlocutores virtuais” (COSTA e DIAS, 2011, p. 7).

2. [Contexto situacional: A televisão brasileira transmitirá o final de um campeonato. Antes disso, um programa de televisão ultrapassa o horário previsto. Os internautas comentam.]

(A1): Genteeee, ESSE programa não acaba nunca?? ¬¬

(B1): No stress! O jogo DEVE começar daqui a pouco!

(A2): Mas já é TARDE!!!

(B2): CALMA, heheheh.

(C1): Eles têm que segurar a audiência, né : P

(A3): Sabemos! :/

Dado 2 enquanto peça dialógica típica (pergunta/resposta e comentário/comentário), evidencia-se, por uma abordagem inferencialista, que, nas trocas comunicativas, a cognição processa informações de modo a computar a intenção do falante. Assim, ao enunciar algo dentro de um quadro de informações não expressas, a compreensão da intenção do falante mostra-se o foco do ouvinte, guiando o processo. Notamos, assim, que a resposta indireta de (B1) indicia que ele captou a intenção de (A1), seguindo-se uma sequência dialógica com base na suposição da primeira intenção comunicada e suposta pelo ouvinte com base em pistas contextuais. O que se pontua aqui é o que para Sperber e Wilson é tido como a intenção comunicativa do interlocutor, isto é, o fato de que alguém enuncia tencionando comunicar a intenção de compartilhar um conjunto de suposições.

Implícito da pergunta de A: o jogo já deveria ter começado.

Intenção de A: reclamar sobre o fato de que o jogo ainda não começou.

(B1) responde de forma a evidenciar que captou tanto o implícito quanto a intenção de A. (A2) tanto reforça, quanto torna explícito o conteúdo implicado de seu enunciado anterior, o que leva (B) a inferir que (A) está nervosa em relação à situação. Tal suposição sobre o estado emocional de (A) ilustra o fato de que, em um diálogo, os falantes fazem suposições sobre as intenções e estados emocionais dos seus interlocutores.

Yus (2008), com relação à comunicação baseada em texto na Internet, argumenta que, por tais ambientes comunicativos apresentarem lacunas inferenciais em maior grau em relação a ambientes com contextos cognitivos mais restritos, o custo cognitivo tenderia a aumentar, pelo esforço despendido para preenchê-las. Como caso ilustrativo, o autor cita o esforço requerido nesses ambientes para a comunicabilidade de atitudes e emoções através de texto escrito; o que resultaria, muitas vezes, em mal entendidos, pela lacuna de informação corporal, que é central para a interpretação da intencionalidade e emotividade do falante⁷⁴.

Para o teórico, é do escopo dos estudos da *ciberpragmática*, então, investigar modos de compensar a lacuna de qualidades visuais e orais apresentada pela comunicação não verbal nesses contextos de interação. De igual modo, o autor faz referência ao *texto escrito oralizado* (2008, p. 635) e à *deformação textual*, ambos referindo-se ao fenômeno de oralização do texto escrito.

Quanto ao aspecto referente ao alargamento de contextos, no sentido de ambientes cognitivos, a mensuração do custo é de fato problemática, por envolver maior número de variáveis. Assume-se aqui a hipótese de que tais processos de inferenciação em meio virtual complexo não operam com maior custo de processamento, tendo em vista a redução e/ou simplificação de código verbal e o uso de *inputs* que não requerem a derivação de formas lógicas complexas, mas sim de ativações conceituais (ver SPERBER; WILSON, 1995, p. 175; 2005, 2008; GIBBS, 2008; FORCEVILLE, 2009; YUS, 2009, entre outros, para discussão). Parte-se da visão de que formas não codificadas assumem rotas cognitivas diferentes no cérebro-mente, mas aproximam-se em termos interpretativo-cognitivos quando em um processo ostensivo-inferencial (cf. DIAS, 2009[2008]), em uma posição similar a de Yus (2009).

A mensuração do esforço requerido para processar diferentes *inputs* manifestos em ambientes virtuais é um ponto interessante de investigação, tanto quanto a verificação da criatividade linguística dos usuários para expressarem no código propriedades paralinguísticas e supralinguísticas, como expressões faciais (8) oO : D : *) e prosódia (nehhh, afff, woww).

⁷⁴ Os comportamentos linguísticos nas mídias digitais estão no centro de pesquisas de interface, relacionando-os a estados de humor, a padrões comportamentais de várias ordens.

Seguindo a ponderação de Lyons (1981) de que as línguas têm a característica da transferência de meio como uma propriedade central e observando a adaptabilidade do sistema linguístico nos diversos meios, e mais fundamentalmente em casos em que a oralidade é uma propriedade do meio⁷⁵, parece natural assumirmos que a linguagem adote características híbridas ou complexas. Do mesmo modo, o comportamento interpretativo dos usuários apresenta-se impactado, a exemplo da realização de inferências multiformes e da interpretação de códigos mistos⁷⁶.

Yus (2011) faz referência ao trabalho de Clark e Brennan sobre o ‘custo comunicativo’ no uso da mídia, em que são considerados fatores como o custo envolvido no estabelecimento da comunicação (na perspectiva de que, por exemplo, a escrita requer mais esforço em relação à fala) e o tempo demandado para uma comunicação assíncrona, na diferenciação entre uma comunicação por MSN e por e-mail, por exemplo.

Observa-se, desse modo, o contexto de o meio virtual gerar esforço extra de processamento, mas, ao mesmo tempo, ser extremamente utilizado, de modo que deve haver benefícios que compensam o esforço requerido. Tendo isso em consideração, pensemos nas propriedades dialógicas das redes que maximizam uma suposta tendência inata para a conexão dialógica. Costa e Dias (2011) citam, entre as características internas ao virtúálogo, que a interatividade segue o curso de uma conversação verbal, em que não somente a linguagem é abreviada, mas também os enunciados e o próprio discurso, pontos centrais em termos comunicativos. Em termos cognitivos, temos um jogo intencional-emocional altamente compensador em termos sociais. A título de ilustração, analisemos o seguinte diálogo:

3. [Contexto situacional: B posta uma foto sua no Facebook. Os internautas comentam.]

(A1): Que cara eh essa, hein!?

(B1): Eh a minhaaaa! hehehe

(C1): Ñ fala assim do rapaz ^^!

(A2): Okkk : PP!

⁷⁵ Uma vez que tais ambientes virtuais funcionam como extensões de conversas naturais (interlocutores copresentes), estando contidas nelas.

⁷⁶ Como a interpretação de traduções automáticas realizadas por buscadores e plataformas sociais, por exemplo.

Este diálogo ilustra que, nas redes sociais digitais, os atos dialógicos são inferidos analogamente aos atos presentes em obras de ficção, isto é, diegeticamente, com a complexidade de que o universo das redes é comumente interpretado como uma extensão das relações naturais, com referentes reais. Há, assim, um diálogo complexo em que o virtual engloba o real e, ao mesmo tempo, está contido nele.

Em tal contexto, temos vários meios interagindo nas relações comunicativas, expandindo o circuito dialógico. Assim, temos o seguinte exemplar:

(A): Recebeu minha msg de cel????

(B): Recebi, sim, e tentei te ligar, mas não deu certo.

Observando a atuação de uma racionalidade dialógica (GRICE, 1975; SPERBER; WILSON, 2005, COSTA, no prelo), pensemos que, ao iniciar uma interação, o falante implica, no primeiro momento, o desejo de uma resposta. O diálogo do tipo “pergunta/resposta”, desencadeado entre dois interlocutores, representa a estrutura conversacional básica. No diálogo natural, aberturas e fechamentos são marcas de polidez, utilizadas dadas as circunstâncias de aproximação física. Expressões como “oi”, “olá”, são semanticamente vazias, porém pragmaticamente ricas, à medida que cumprem o papel de ativar um conjunto de suposições dialógicas, cuja mais básica é

(a) meu interlocutor iniciou uma conexão dialógica comigo.

Passado esse primeiro nível, o de conexão dialógica pura, há uma tendência a esperar que o interlocutor seja cooperativo e, para além, que os atos ostensivos desencadeados pressuponham sua relevância ótima. No universo digital, porém, não há encontros que forcem os interlocutores a iniciar uma interação criativa, pois os diálogos nas redes são construídos. O mais próximo dos encontros naturais fortuitos, ao nível dos cumprimentos, é o fato de alguém estar conectado na rede e essa informação ser tornada mutuamente manifesta a um conjunto de pessoas de modo a gerar uma expectativa de interação dialógica.

No caso do referido diálogo, os cumprimentos foram dispensados, e A, a partir de um ato ostensivo, tornou mais manifesto um conjunto de suposições linguístico-dialógicas:

(b) A está buscando uma conexão dialógica;

(c) A, ao me fazer uma pergunta, está implicando que quer uma resposta.

Tais informações fazem parte do ambiente cognitivo das pessoas e dirigem os processos dialógicos cooperativos. Sabemos que o enunciado, para ter valor-de-comunicabilidade, cumpre condições de boa-formação linguística (gramaticais) e de consistência (conteúdo não redundante e não contraditório). Na linguagem virtual-interativa, porém, há uma flexibilização na forma da expressão morfológico-sintática. Tal flexibilização, assentada em suposições compartilhadas pelos interlocutores do jogo comunicativo virtual-interativo e por recuperação de informação via inferência, ainda permite que haja comunicabilidade. Dessa forma, B decodifica o dito explícito e seleciona informações pressupostas no contexto das informações manifestas, seguindo o caminho de menor custo, completando o dito explícito e gerando o dito implícito: *Estou perguntando se você recebeu num curto espaço de tempo minha mensagem de celular.*

Assumindo-se que A, para além da intenção de comunicar um conjunto de suposições (informativa) e a intenção de comunicar que se pretendeu tal intenção (comunicativa), há a intenção dialógica do desejo de uma resposta. B, por sua vez, infere a intenção de A, ao computar no cálculo interpretativo a pressuposição cooperativa de que uma fala representa uma senha para a instauração de conversação/uma evidência de ostensão, de modo que a resposta de B é relevante tendo em vista tal suposição mutuamente manifesta.

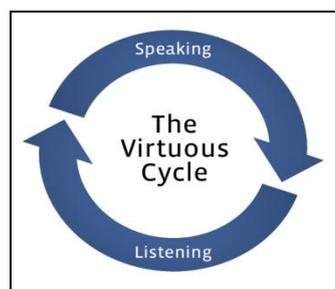
Segundo a abordagem proposta pela Teoria da Relevância, a caracterização típica da comunicação ostensivo-inferencial é a produção-leitura de evidências de intencionalidade. Desse modo, a linguagem verbal, pelas restrições gramaticais e pela versatilidade de possibilidades de evidência acerca das intenções do falante, é tida como o exemplar legítimo de evidência direta. Para os teóricos dessa vertente, (A) parte com o ato ostensivo verbal, (B) decodifica, enriquece o material explícito e implícito de forma a operar com o menor custo na recuperação de informações que satisfaçam sua expectativa de relevância, isto é, que lhe traga maiores benefícios cognitivos, melhorando sua representação de mundo. Ainda que a teoria explicita o processamento inferencial desencadeado pelo ouvinte, deve-se atentar para o fato de que, ao mesmo tempo em que os falantes implicam uma cadeia de informações, eles realizam uma série de inferências acerca da situação dialógica, a fim de fazer seus comentários relevantes.

Essa questão é bastante significativa, pois a manifestabilidade e o reconhecimento (metarrepresentação) de intenções é o ponto central das teorias pragmáticas inferencialistas. Há

contextos comunicativos, porém, em que a ostensão é construída indiretamente⁷⁷ ou em grau mínimo, ou seja, há sugestão da intenção informativa através de um comportamento não direto. A questão se torna mais complexa quando analisamos os contextos *default* de comportamento: a menos que x queira comunicar algo, ele não diria x ou não postaria x informação no Facebook, etc. Em uma direção austiniana, explorada em Levinson (2000), podemos dizer que, quanto mais desviante do padrão, mais ostensivo tende a ser o comportamento, pois este chama a atenção para um conjunto informativo anteriormente menos ou nada manifesto⁷⁸.

A questão fundamental que se coloca é que não basta haver a intenção de comunicar algo, sendo imperioso comunicar tal intenção, de modo a tornar essa informação mutuamente manifesta. Nas redes sociais, no entanto, há um número muito grande de informações manifestas, de forma que se adicionam, na própria rede, dispositivos dialógicos para criar focos de ostensão. Por uma perspectiva pela Relevância, as marcações de perfil e os demais dispositivos no escopo dos *plugins* sociais servem para instaurar o processo comunicativo, via ostensão. Desse modo, a rede dialógica complexa é assegurada por princípios comunicativos básicos:

Figura 2 - Padrão dialógico básico – Facebook



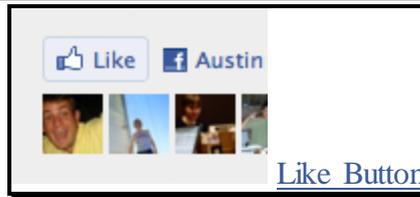
Fonte: Facebook. *Desenho Social*. Disponível em: <<http://developers.facebook.com/socialdesign/conversation/>>.

Para que tal situação dialógica natural (falar e ouvir, implicar e inferir) seja otimizada, – o que é fundamental em redes dialógicas centradas em núcleos de interatividade variável –, há dispositivos internos aos meios de comunicação que instauram, interferem e guiam os diálogos, exemplo de:

⁷⁷ Lee e Pinker (2010) tratam de casos dessa natureza no âmbito da *teoria do falante estratégico*.

⁷⁸ Outra perspectiva da questão é obtida pela Teoria Matemática da Comunicação, tendo em vista o impacto informativo da informação imprevisível.

Quadro 2 - Plugins Sociais do Facebook



Dispositivo utilizado para indicar sua adesão a algum conteúdo, compartilhando-o.



Dispositivo utilizado para a geração de conteúdo interativo.



Espaço de visualização de conteúdo interativo.

Fonte: FACEBOOK. *Plugins sociais*. Disponível em: <<http://developers.facebook.com/docs/plugins/>>.

Deste modo, temos que tais dispositivos são agregados à natureza da interação, de forma a otimizar uma relação natural de contato dialógico, suposta pelo Princípio da Conectividade Não Trivial.

Um recado pressupõe um início de interação, que pode ou não ser continuada, implicando uma cadeia de suposições. Toda vez que um usuário deixa um recado do tipo “Oi, td bem?”, há a pressuposição de uma intenção de contato, antes de qualquer troca ao nível informacional. Qualquer que seja a resposta, o desejo de resposta foi lançado e deve satisfazer a esse pressuposto. Similarmente, no dia-a-dia, o encontro entre as pessoas no mesmo espaço físico *gera contexto* para que tais recursos da interação social sejam mantidos; no nível virtual, entretanto, busca-se o contato ou se é buscado, evidenciando uma intenção de (manter) contato. (COSTA; DIAS, 2011, p. 6).

Nesse sentido, um *plugin* que oferece ao usuário informações sobre o perfil de pessoas próximas a ele, tornando manifesto que esses outros usuários estão *online* e que estão se comunicando, *gera contexto* para a comunicação, provendo *inputs* potencialmente relevantes e baixando o custo de o usuário ter que buscar interlocutores e ter que construir tópicos de conversação.

Igualmente, ao *curtir* um conteúdo, o usuário, a custo ínfimo, tem o benefício da conexão dialógica direta com seu interlocutor, manifestando também sua participação no universo dialógico complexo, ao comunicar, em um clique, que entrou em contato com o conteúdo postado pelo usuário e que tal conteúdo foi relevante o suficiente para merecer a sua atenção comunicativa, instaurando uma cadeia dialógica; similarmente ao que se verifica com a existência de comentários-tipo sobre o conteúdo postado na rede:

[...] comentários como “affff”, “hummm”, “xiii”, “ahhh”, “q blz”, “hehehe”, “show”, “q nd”, “tb acho” etc., ilustram (i) uma inserção comunicativa intencional com baixíssimo custo de processamento de ambas as partes (*um para vários*), (ii) um benefício informativo, a princípio, baixíssimo também, porém (iii) um benefício interativo alto, na medida em que a aproximação e a conectividade foram obtidas. (COSTA; DIAS, 2011, p.7).

Mesmo que as redes sociais alterem os dispositivos e as formas de interação comunicativa, ao, por exemplo, centralizarem os diálogos em *inputs* imagéticos e em ambientes dialógicos mais segmentados, os princípios que subjazem ao jogo comunicativo suposto permanecem.

Segundo a abordagem proposta pela Teoria da Relevância, a caracterização típica da comunicação ostensivo-inferencial é a produção-interpretação de evidências de intencionalidade. Ainda que a teoria explicita o processamento inferencial desencadeado pelo ouvinte, deve-se atentar para o fato de que, ao mesmo tempo em que os falantes implicam uma cadeia de informações, eles realizam uma série de inferências acerca da situação dialógica, a fim de fazer seu comentário relevante.

O ato ostensivo inicial, porém, apresenta, no arcabouço teórico da Relevância, o valor teórico de caracterizar a abertura de um diálogo, sob a forma de produção de evidência acerca das intenções informativa e comunicativa do comunicador. Uma alternativa é assumirmos uma intenção de aproximação comunicativa básica, como prevê a Teoria Linguística do Diálogo. Temos, dentro desta perspectiva, compromissos puramente da ordem da conexão biológica e, em um outro nível, compromissos informativos da ordem do conteúdo, como preveem as noções de intenção informativa (a de informar um conjunto de suposições, de modificar o ambiente cognitivo do interlocutor) e intenção comunicativa (a de informar tal intenção de compartilhamento informativo), assumidas pela Teoria da Relevância.

A compatibilização de pressupostos dos modelos, assim, antes de buscar dispositivos *ad hoc* para a explicação dos fenômenos, visa a colaborar para um quadro explanatório mais

amplo, na relação entre fundamentos mapeáveis na interface entre ciências naturais e comunicativo-sociais.

Buscou-se caracterizar, desse modo, a instância dialógica subjacente aos atos comunicativos naturais e virtual-interativos. Nesse roteiro, tanto o diálogo natural como o virtuólogo são vistos como abrangendo propriedades heteromórficas, como cadeia de interlocutores, atos ostensivos, enunciados, intencionalidade – intenções emocionais iniciais/de aproximação, construção e regulação de intenções *online* –, contextos linguísticos e cognitivos. Pontuamos, porém, que o diálogo virtual-interativo parece envolver especificidades inferenciais por ser produto de um meio complexo, compreendendo outros códigos e meios, na relação entre informações manifestas dentro e fora das redes. Dessa forma, os virtuólogos caracterizam-se como estruturas abertas e dinâmicas, com um encadeamento *online* de enunciados e intenções.

Podemos supor, então, que, em domínios dialógicos virtual-interativos, há economia em termos de codificação e que há o enriquecimento do material comunicado via inferência, na direção natural de uma tendência mais geral de economia linguística, maximizada nas redes. Os contextos implícitos, desse modo, ativam uma cadeia inferencial, de modo que uma única expressão, como *comentei* ou *compartilhei*, gera uma série de significações mutuamente manifestas aos interlocutores. Parte-se de que isso se dê sob condições de relevância, o que é compatível tanto com a tese de que o processo é menos custoso, pelo menor número de informações codificadas, de modo que a busca pelo menor custo dirigiria o processo, quanto com a tese de que o processamento ainda envolve maior esforço, por abranger um maior número de informações implícitas, o que exigiria um cálculo mais elaborado em termos de recuperação de informações relevantes, mas que geraria, por outro lado, um grande número de efeitos.

Este capítulo, portanto, buscou ilustrar a complexidade da significação dialógica, caracterizando sua estrutura, pelo arcabouço conceitual inferencialista. As teorias inferencialistas, nesse sentido, buscaram avaliar o processo de comunicação intencional, em que os interlocutores instauram e direcionam os atos comunicativos, restringindo, sobretudo via intenção, o universo de possibilidades interpretativas do interlocutor.

4 CONCLUSÃO

Este exercício teórico teve como objetivo principal demonstrar que a Linguística, tal qual se configura na atualidade, pode ser mais bem interpretada como uma área essencialmente de interfaces, na perspectiva de que a linguagem figura como um objeto complexo de investigação.

Para tanto, o ambiente linguístico em que se instaurou a pesquisa foi o diálogo, caracterizado segundo propriedades lógico-cognitivo-comunicativas. A partir de uma visão perspectivista, o trabalho procurou abordar a complexidade dos fenômenos inferenciais dialógicos, em uma reflexão sobre seus fundamentos, quer seja em termos de uma estrutura lógico-linguística, quer seja na relação com supostos padrões inatos universais, quer seja sobre aspectos particulares a contextos de interação.

Ao longo do texto, realizou-se um mapeamento entre as diversas teorias inferencialistas da significação abarcadas, aproximadas através de seus pressupostos. Para que tal aproximação se efetivasse, porém, mostrou-se pertinente um mapeamento interno às áreas envolvidas, na descrição das relações. Dessa forma, a Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007) assumiu papel central na construção do trabalho. No entanto, verificou-se, mais uma vez, que a construção das interfaces é uma tarefa complexa, sendo altamente problematizada nas discussões metateóricas, conforme abordado.

Na visão de Poeppel (2004), para que problemas de investigação com relevância interdisciplinar possam ser formulados, isto é, para que existam hipóteses de ligação explícitas entre os campos em contato, deve haver uma adequação, no nível correto de abstração, entre as caracterizações dos fundamentos das áreas, através de uma unificação de categorias.

Assim, em observância a esta discussão, o presente estudo assumiu em seus fundamentos e em sua organização metodológica, enquanto fazer teórico acadêmico, os seguintes pressupostos da Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007a): (i) o objeto teórico é dependente da perspectiva construída; (ii) os fenômenos investigados são assumidos como parte de um objeto interdisciplinar e complexo, na medida em que propriedades de natureza diversa interagem; (iii) na construção do objeto, há propriedades da realidade e propriedades do observador envolvidas; (iv) a arbitrariedade da construção deve ser consistente com a tradição dos fundamentos; (v) a explicação de objetos complexos é possível via relações entre

disciplinas, isto é, através de *interfaces externas*; (vi) a descrição dos fenômenos é possível via relações entre as subdisciplinas mapeadas, isto é, através de *interfaces internas*.

Desse modo, tanto na discussão apresentada por Poeppel (2004) e Poeppel e Embick (2005), quanto na apresentada por Costa (2007a) e Costa e Feltes (2010), a construção dos objetos teóricos interdisciplinares é modelada na relação entre os elementos fundacionais de cada campo disciplinar ou teórico, através do mapeamento de suas entidades básicas. Assumindo uma postura de cunho mais realista, porém, a proposta no campo dos estudos *cérebro-linguagem* propõe uma adequação teórica e experimental (em que as entidades *observáveis* já sejam unificadas); sabendo-se que a experimentação já pressupõe uma modelagem teórica.

No caso deste trabalho, o objetivo geral foi aproximar, ao nível teórico, propostas que possibilitem um quadro explanatório maior do fenômeno inferencial dialógico, este abordado enquanto objeto interdisciplinar. Nesse sentido, delineamos relações interteóricas, objetivando observar os fenômenos por perspectivas diversas, nas três grandes áreas: Cognitivas, Computacionais (em termos comunicativos, de interface com a Web) e Comunicativas. E, para que tais relações fossem possíveis, construímos, respectivamente, as interfaces intrateóricas, enquanto pressupostos mapeáveis ao objeto dialógico: fundamentos da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995, 2005); fundamentos da Lógica Clássica Dedutiva; fundamentos da Teoria das Implicaturas (GRICE, 1975; LEVINSON, 2000), da Teoria das Inferências (COSTA, 2009) e da Teoria Linguística do Diálogo (COSTA, no prelo), na relação com o desenho social de conversação do software Facebook.

Em relação ao caráter explanatório dos fenômenos, a Teoria da Relevância foi utilizada em sua proposta de que a cognição humana é equipada com um dispositivo de seleção e processamento de informações orientado por um cálculo que avalia esforços e efeitos cognitivos. Também vimos que há críticas quanto à representação formal de tal mensuração. De forma mais específica, as dimensões de efeito e esforço foram problematizadas no contexto das críticas de Costa (2005a, 2005b), principalmente no que se refere à influência de benefícios emocionais e de uma tendência à inércia, bem como na perspectiva de um Princípio de Conectividade Não Trivial (COSTA, 2005a). Outro ponto de vista delineado foi o proposto por Rauen (2008), na defesa de que o princípio cognitivo de Relevância continua atuando, porém é regulado por duas variáveis gestoras do esforço despendido pelo organismo: exaustão dos recursos cognitivos e a saturação dos estímulos salientes.

Dessa forma, o aparato interpretativo humano seria dirigido por princípios inatos da ordem da consciência, da ordem da conexão biológica e da ordem do equilíbrio dos recursos do próprio organismo.

Tendo em vista esse contexto, pontuou-se que, em uma interface comunicativa, o processo dedutivo envolvido na interpretação pode falhar, uma vez que os argumentos são formados por premissas e conclusões que operam enquanto hipóteses interpretativas. No entanto, como argumenta Costa (2008[1984]), ainda assim as inferências são objetivamente encadeadas, o que é uma forma de caracterizar sua apreensão racional. Vimos, assim, que a interface lógica é parte indispensável de um tratamento do processo inferencial dialógico, uma vez que as inferências podem ser abordadas quanto a sua calculabilidade.

No que se refere às hipóteses de trabalho, estas foram construídas no sentido de conduzir a investigação dentro das interfaces almejadas. Desse modo, a caracterização do diálogo como objeto complexo foi proposta na intenção de um mapeamento entre propriedades de diferentes ordens caracterizadas dentro dessa perspectiva interdisciplinar. Assim, a distinção entre diálogos naturais e diálogos virtual-iterativos mostrou-se pertinente, já que assumimos o impacto da Web 2.0, enquanto meio complexo, sobre as formas de interação dialógicas.

Na abordagem padrão da Teoria da Relevância, no entanto, os mecanismos inferências subjacentes aos atos comunicativos naturais e virtual-iterativos são similares, envolvendo um mesmo princípio cognitivo. Argumentamos, todavia, que o processo inferencial desencadeado pela linguagem natural é complexificado no universo das trocas comunicativas em meio digital. Em uma interpretação pela Relevância, um dos efeitos do meio digital seria o alargamento do ambiente cognitivo dos envolvidos na rede dialógica, em uma interface complexa entre contexto virtual e contexto natural, tendo em vista que a construção dos ambientes cognitivos é direcionada para *inputs* ostensivos variados, como imagens estáticas e em movimento, *hiperlinks*, mensagens instantâneas, sons, outros mídias, suposições recuperadas de históricos dialógicos, suposições sobre o funcionamento da rede social, sobre o funcionamento da Web (velocidade, acessibilidade, etc.); assim, os virtúálogos, como são diálogos hipermediados, apresentariam um alargamento de suposições manifestas compatível com a natureza do meio complexo em que se instauram.

No que se refere ao aparato da Metateoria das Interfaces enquanto proposta metodológica para investigações interdisciplinares, fazemos algumas observações, tendo em vista as dificuldades encontradas no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, o diálogo interdisciplinar, no atual contexto, mostra-se assimétrico por princípio, já que o objeto é

visto como construído a partir da perspectiva da área em que o pesquisador se encontra, conservando a metodologia desta perspectiva. Outra questão é justamente o tratamento isomórfico de propriedades heterogêneas. Quanto mais propriedades de diferentes naturezas estiverem envolvidas, maior a complexidade na construção a ser realizada pelo pesquisador em termos de compatibilidade de entidades. Do mesmo modo, ainda deverá haver um cuidado com as entidades assumidas dentro da história das disciplinas em contato. Assim, o pesquisador terá o compromisso de compatibilizar diferentes modelos teóricos, valendo-se de pressupostos já estabelecidos e criando um mapeamento entre eles. Este mapeamento já originará relações particulares à pesquisa e, por consequência, um novo objeto teórico. Tal visão, porém, ainda é problematizada pelas críticas de Poeppel e outros, que preveem uma universalização de entidades teóricas, em uma perspectiva de integração de fundamentos e áreas.

No entanto, enquanto não chegamos a uma integração teórica dessa natureza, a Metateoria de Interfaces se mostra uma ferramenta consistente de aproximação interdisciplinar, assumindo-se que o pesquisador construirá seu objeto através de um mapeamento de conceitos da tradição dos modelos em interface, na perspectiva de sua área.

Este trabalho, nesse sentido, representa um primeiro passo na aproximação de áreas de interface. Como perspectivas futuras de investigação, temos em vista a descrição e a explicação de princípios dialógicos atuantes no meio virtual, bem como de estruturas dialógicas relacionadas a contextos-tipo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Tópicos*; dos argumentos sofisticos. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os pensadores).
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. *Indexical expressions*. *Mind*, v. 63, n. 251, p. 359-379, 1954.
- BACH, K.; R. M. HARNISH. *Linguistic, communication and speech acts*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1979.
- BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. *The semantic web: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities*. *Scientific American Magazine*, New York, mai. 2001.
- BOHM, David. *On dialogue*. London: Routledge, 1996.
- _____; FACTOR, D.; GARRETT, P. *Dialogue: A Proposal 1 / 2*, 1991. [documento eletrônico] Disponível em: <http://www.david-bohm.net/dialogue/dialogue_proposal.html> Acesso em: 17 jun 2011.
- BORG, E. Minimalism versus contextualism in semantics. In: PREYER, G.; PETER, G. (Eds.). *Context sensitivity and semantic minimalism: essays on semantics and pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 546-571, 2007.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. História e filosofia da lingüística: uma entrevista com José Borges Neto. *ReVEL*, v. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 8 mar. 2010.
- BUBER, Martin. *I and thou*. London: Continuum, 2004 [1937].
- CAPELLEN, H.; LEPORE, E. *Insensitive semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. Blackwell Publishing, 2005.
- CARNAP, R. *The logical syntax of language*. Translated by Amethe Smeaton. London: Open Court Publishing, 2002.
- CARSTON, R. *How many pragmatic systems are there?* In: Frapolli, M-J (ed.) *Saying, meaning, referring: essays on the philosophy of Francois Recanati*. Basingstoke: Palgrave, 2007. p. 18-48.
- _____. *Relevance theory*. In: RUSSELL, G.; GRAFF FARA, D (Eds). *Routledge Companion to the Philosophy of Language*. London: Routledge, 2011.
- CASSELL, J., BICKMORE, T., CAMPBELL, L., VILHJÁLMSSON, H., and YAN, H. (2000). *Human Conversation as a System Framework: Designing Embodied Conversational*

Agents. In Cassell, J. et al. (eds.), *Embodied Conversational Agents*, pp. 29-63. Cambridge, MA: MIT Press.

CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *The logical structure of linguistic theory*. New York: Plenum Press, 1975.

COSTA, Jorge Campos da. *Filosofia da Linguística*, Filosofia da Ciência e Metateoria das Interfaces. [recurso digital] 2007b. Disponível em:

<http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/filosofia_da_linguistica-filosofia_da_ciencia_e_metateoria_das_interfaces.pdf> Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008 [1984].

_____. *A estrutura inferencial da comunicação dialógica*. [recurso digital] 2004. Disponível em:

<http://www.jcamposc.com.br/projetos_e_pesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialogica.pdf> Acesso em: 27 ago. 2011.

_____. *Diálogo: questões interdisciplinares*. Livro a ser publicado sobre o Celsul, Tubarão: 2012.

_____. Apresentação: Inferências Linguísticas nas Interfaces. In _____. (Org.). *Inferências linguísticas nas interfaces* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Edipucrs, 2009a. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/inferencias.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2010.

_____. The sciences of language: communication, cognition and computation. In AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). *Innovation and interdisciplinarity in the university* (Inovação e interdisciplinariedade na universidade). Porto Alegre: Edipucrs, 2007a, p. 345-376.

_____. Comunicação e inferência em linguagem natural. In *Letras de Hoje*, v. 40, n.1, p.107-133, março de 2005a.

_____. A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 161-169, 2005b. Disponível em:

<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0503/10%20art%208.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2007.

_____; FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. Filosofia da Linguística, filosofia da Ciência e os pressupostos para a construção de uma metateoria das interfaces. In ARAÚJO, Júlio C.; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; DIEB, Messias (Orgs.). *Seminários linguísticos: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa*. Mossoró: Edições UERN, 2010.

_____; DIAS, Stéphane Rodrigues. A informalidade da linguagem virtual-interativa. In *Letrônica: Revista Digital do PPGL*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2011.

_____. O Conetivo ‘E/∧’ e ‘OU/∨’ na Interface Sintaxe/Semântica/Pragmática. In *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 273-304, junho, 2006.

_____. *A inferência lógico-lingüística na interface léxico/sintaxe/semântica/pragmática* (uma investigação através do conetivo “e”) Disponível em:

<www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_388.pdf> Acesso em: 7 nov. 2011.

_____. Lógica e linguagem natural nas interfaces. In *Linguagem e cognição: relações interdisciplinares*. In: _____; PEREIRA, Vera Wannmacher (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009b. p. 135-145.

_____. A Lógica da Conversação na Conversação sobre a Lógica. *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº14, abril 2001, p. 32-35.

CRYSTAL, David. *Internet linguistics*. London: Routledge, 2011.

DIAS, Stéphane Rodrigues. Inferências lingüísticas e imagéticas em interface no discurso cinematográfico: uma abordagem semântico-pragmática à luz da Teoria da Relevância. In *Revista da Graduação*, v. 2, No 1 (2009 [2008]). Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/5010>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

DIJK, Teun van. Pragmatic connectives. In *Journal of Pragmatics* 3 (1979) 447-456.

Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/Pragmatic%20connectives.pdf>>.

Acesso em: 01 nov. 2011.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, June 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151706X2008000100003&lng=en&nrm=iso>

Acesso em: 28 mar. 2011.

FISCHER. S. R. *Uma breve história da linguagem: introdução à origem das línguas*. São Paulo: Novo Século, 2009.

FITCH, W. T.; HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. *Cognition*, v. 97, p. 179-210, set. 2005. Disponível em:

<http://www.wjh.harvard.edu/~mnkylab/publications/language_spe_e_ch/FitchHaus_e_rChomksyLangFa_cCog.pdf> Acesso em: 4 abr. 2011

FODOR, J.A. *The language of thought*. New York: Thomas Y. Crowell Co. Paperback, 1975.

_____. *A Psychological explanation: an introduction to the philosophy of psychology*. New York: Random House, 1968.

FORCEVILLE, Charles. The role of non-verbal sound and music in multimodal metaphor. In: Charles Forceville and Eduardo Urios-Aparisi (eds), *Multimodal Metaphor*, 383-400. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009. [Revised version of Forceville 2004.]

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GERE, Charlie. *Digital culture*. London: Farrington, 2002.

GIBBS, R. W. In R. W. Gibbs, Jr. (Ed) *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008.

GIERE, Ronald N. *Scientific Perspectivism*. Chicago (Illinois): University of Chicago Press, 2006.

GIVÓN, T. Logic vs. Pragmatics, with Human Language as the Referee: toward an Empirically Viable Epistemology. *Journal of Pragmatics*, v. 6. pp; 81-133, 1982.

GOULD, S. J. *The structure of evolutionary theory*. President and Fellows of Harvard Colledge, 2002.

GREIN, M.; WEIGAND, E. (Eds.). *Dialogue and culture*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins (Dialogue Studies 1), 2007.

GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. Tradução de Geraldi, J. W. do original: *Logic and Conversation* (1967). In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*, 5: pragmática - problemas, críticas, perspectivas da lingüística. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-103.

_____. *Meaning* (1957). In *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

_____. *Logic and Conversation* (1967) In *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, William Tecumseh. The Faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science Compass*, v. 298. p. 1569-1579, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/20021122.pdf>> Acesso em: 4 abr. 2011.

HODARA, Ricardo Holmer. *Teoria da relevância, psicologia da atenção e hipermídia adaptativa*. 2006. 135p. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Centro Interdisciplinar de Tecnologias na Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1989.

HOWARD, Philip N. *Design to thrive: creating social networks and online communities that last*. Burlington: Elsevier, 2010.

HUTCHBY, Ian. *Conversation and tecnologia, from the telephone to the internet*. Cambridge: Polity Press, 2001.

IBAÑOS, Ana. Relevância, Cognição, Inferência e Processos Dedutivos. In COSTA, Jorge Campos; RAUEN, Fábio José. [orgs.] *Tópicos em teoria da relevância* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2007.

KADMON, N. *Formal pragmatics: semantics, pragmatics, presupposition and focus*. Massachusetts: Blackwell, 2001.

KANT, Immanuel [1781]. *Critique of pure reason*. Tradução de Werner S. Pluhar. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1996.

KASPER, Gabriele. *Locating politeness in interaction*. *Studies in Pragmatics*, 11 (2009), 21-41.

KATZ, Jerrold J. *Realistic Rationalism*. Massachusetts: MIT Press, 2000.

LEE, J. J.; PINKER, S. *Rationales for indirect speech: the theory of the strategic speaker*. *Psychological Review*, v. 117, n. 3, p. 785-807, 2010.

LEMOS, André. Nova esfera Conversacional, in Dimas A. Künsch, D.A, da Silveira, S.A., et al, *Esfera pública, redes e jornalismo.*, Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, ISBN 978857650243-2, pp. 9 – 30.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA and London: MIT Press. Lewis, Gary. 1969. *Convention*. Cambridge, MA: 2000.

_____. *Pragmatics*. In N. Smelser, & P. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*: Vol. 17 (pp. 11948-11954). Oxford: Pergamon, 2001.

LÉVY, PIERRE. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa, São Paulo: Ed. 34, 1999.

LYONS, J. *Language and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MACFARLANE, John. *Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism*, in *Context-Sensitivity and Semantic Minimalism: New Essays on Semantics and Pragmatics*, ed. G. Preyer e G. Peter. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 240–50.

MATURANA, H; VARELA, F. (1984). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: The Extensions of Man*. New York: McGraw-Hill, 1964.

MERCIER, H; SPERBER, D. *Intuitive and reflective inferences*. In EVANS, J. St. B. T.; FRANKISH, K. (Ed.) *Two minds: dual processes and beyond*. New York: Oxford University Press, 2009.

MONTAGUE, R. *Pragmatics and intensional logic*. *Dialectica*, v. 24, p. 277–302, 1970.

MÜLLER, A.; VIOTTI, E. *Semântica formal*, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/anamuller/pdf/livro%20Elementos%202003.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

OLIVEIRA, R. P de. Formalismos na Lingüística: uma reflexão crítica. In: *Introdução à Lingüística, fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2009.

PAIL, Daisy Baptista. Processos Inferenciais em House. In *Anais do IX Encontro do CELSUL*. Palhoça, SC, out. 2010.

PATTEN, Terry. *Systematic text generation as problem solving*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PESSANHA, José Américo Motta. *Aristóteles: vida e obra*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1987. 23 p.

PHILIPPI JR, Arlindo. *A questão da interdisciplinaridade nos programas de pós graduação*. Novo Hamburgo, 25 set. 2009. Apresentação. Disponível em: <<http://www.foprop.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2010/05/Arlindo-Philippi-J%C3%BAnior-Parte-II.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2012.

PINKER, S. So how does the mind work? *Mind and Language*, v. 20, n. 1, p. 1-24. 2005.

_____. *How the mind works*. New York: Norton, 1997.

_____. *The Stuff of Thought: Language as a Window into Human Nature*. New York: Viking, 2007.

_____.; JACKENDOFF, R. *The Faculty of Language: What's Special about it?* *Cognition*, v. 95, n. 2, p. 201-236. 2005. Disponível em: <http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/p...inker_Jackendoff.pdf>. Acesso em 07 jul 2011.

PLATÃO. *Diálogos*. [seleção, introdução e tradução direta do grego por Jaime Bruna]. São Paulo: Cultrix, 2006.

POEPEL, David. *Interdisciplinary cross-fertilization or cross-sterilization? Challenges at the interface of research on brain and language*. Versão de texto “Vergebene Liebesmüh? Zur interdisziplinären Erforschung von Sprache und Gehirn” apresentado no Wissenschaftskolleg mar. 2004 (conferência). Disponível em: <http://129.2.53.113/~poeppel/dp_papers/WIKO_lecture_04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

_____.; EMBICK, David. Defining the Relation Between Linguistics and Neuroscience. In: CUTLER, Ann (Ed.). *Twenty-first century psycholinguistics: Four cornerstones*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~embick/lingneuro.pdf>> Acesso em 16 nov. 2011.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. In: *On the Horizon*, NCB University Press, v. 9, n.5, October 2001.

RAUEN, F. J. Sobre relevância e irrelevâncias. In COSTA, Jorge Campos; _____ (Orgs.) *Tópicos em teoria da relevância* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

- REED, C.; WALTON, D. Argumentation schemes in dialogue. *Dissensus & the search for common ground*: Proceedings of OSSA, June 2007, Windsor, Ontario, CD-ROM, 2007, 1-11. Disponível em: < <http://www.dougwalton.ca/papers.htm>>. Acesso em 23 ago. 2011
- RECANATI, F. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, New Series, v. 14, n. 56. (Oct., 1905), p. 479-493.
- SACKS, H. *Lectures on conversation*, V. 1. Edited by Gail Jefferson, with an introduction by Emanuel A. Schegloff. MA: Blackwell Publishing, 2005.
- SAUSSURE, F de. *Curso de Lingüística Geral*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge University Press, 1969.
- SHADBOLT, N.; BERNERS-LEE, T. *Web science emerges*. *Scientific American*, v. 299, n. 4, p. 76–81, 2008.
- SHANNON, C.E.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SILVEIRA, Jane Caetano da; Feltes, Heloísa P. de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- SINGH, M. P. A social semantics for agent communication languages, in DIGNUM, F.; GREAVES, M. *Issues in agent communication*. Heidelberg: Springer-Verlag, 2000, p. 31.
- SPERBER, Dan. *Metarepresentations: a multidisciplinary perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. Modularity and relevance: How can a massively modular mind be flexible and context-sensitive? In CARRUTHERS, Peter; LAURENCE, Stephen; STICH, Stephen. *The Innate mind: structure and content*. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____; WILSON, Deirdre. A deflationary account of metaphor. In GIBBS, R. (Ed.) *Handbook of metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- _____; _____. Pragmatics, modularity and mindreading. *Mind & Language*, v. 17, p. 3-23. Special issue on pragmatics and cognitive science, 2002.
- _____; _____. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.
- _____; _____. *Relevance: communication & cognition*. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- _____; _____. Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-269, 2005.
- _____; _____. Pragmatics, modularity and mindreading. *Mind & Language*, v. 17, p. 3-23. Special issue on pragmatics and cognitive science, 2002.

STRAWSON, P. F. On Referring. *Mind*, New Series, v.. 59, n. 235. (Jul., 1950), p. 320-344.

THARON, W. *Design to thrive: creating social networks and online communities that last*, Burlington: Morgan Kaufmann, 2010.

UCHIDA, Hiroyuki. Logic in Pragmatics. *CamLing 2007*: p. 261-268. Disponível em: <http://www.ling.cam.ac.uk/camling/Manuscripts/CamLing2007_Uchida.pdf>. Acesso em 3 nov. 2011.

VANIN, Aline A. *A relevância em comunicação: a construção de inferências internas e externas a filmes publicitários*. 2007. 157p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

WALTON, Douglas. *Informal logic: a handbook for critical argumentation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. *Dialog theory for critical argumentation*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social network analysis: methods and applications*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEIGAND, E.; FELLER, S. *Language as Dialogue*. From rules to principles of probability. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2009.

WILSON, D. New directions for research on pragmatics and modularity. *Lingua 115*: 1129-1146, 2005.

_____. *Relevance and word meaning: The past, present and future of lexical pragmatics*. *Modern Foreign Languages 27*: 1-13. Guangzhou, China, 2004.

_____; SPERBER, Dan. Truthfulness and relevance. *Mind*, vol. 111, n.443, p. 583-632, 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus* / Ludwig Wittgenstein; introd. Bertrand Russell; trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed.rev.ampl. SP: EDUSP, 1994 [1921].

YUS, Francisco. *Alterations of relevance in cyber-media*. *Universitas Psychologica*, v. 7, n. 3, p. 623-636, 2008.

_____. Visual metaphor versus verbal metaphor: an unified account. In FORCEVILLE, Charles J.; URIOS-APARISI, Eduardo. (Eds.). *Multimodal metaphor*. Berlin: Walter de Gruyter, 2009.

_____. *Cyberpragmatics: internet-mediated communication in context*. Amsterdam: John Benjamin Press, 2011.